



Ministério da Integração Nacional – MI  
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC  
Departamento de Prevenção e Preparação

Módulo de Formação

---

# Resposta: Gestão de desastres, decretação e reconhecimento federal e Gestão de Recursos federais em Proteção em Defesa Civil

---

Apostila do instrutor

1ª Edição  
Brasília - DF  
2017  
Ministério da Integração Nacional

**Presidência da República**

Michel Miguel Elias Temer | Presidente

**Ministério da Integração nacional**

Helder Zahluth Barbalho | Ministro

**Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil**

Renato Newton Ramlow | Secretário

**Departamento de Prevenção e Preparação**

Adelaide Maria Pereira Nacif | Diretora

**Coordenação Geral de Prevenção e Preparação**

Mushue Dayan Hampel Vieira | Coordenador

**Divisão de Capacitação e Difusão do Conhecimento**

Leno Rodrigues de Queiroz | Chefe

**Programa das Nações Unida para o desenvolvimento**

Niky Fabiancic | Representante Residente

Didier Trebucq | Diretor de País

Maristela Baioni | Representante Residente Assistente para Programa

Moema Dutra Freire | Oficial de Programa Justiça, Direitos Humanos  
e Gestão de Riscos de Desastres

Graziela da Silveira | Assistente de Programa - PNUD

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção  
e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres.

Módulo de formação : resposta : gestão de desastres, decretação e  
reconhecimento federal e gestão de recursos federais em proteção em defesa  
civil para resposta : apostila do instrutor / Ministério da Integração Nacional,  
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Minimiza-  
ção de Desastres. - Brasília : Ministério da Integração Nacional, 2017.

ISBN (978-85-68813-10-2)

1. Defesa civil. 2. Desastres naturais. 3. Planejamento estratégico. 4.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

I. Título.

CDU 351.862:504.4(035)



## Ficha técnica

### **Coordenação e Supervisão Técnica - SEDEC/MI**

Adelaide Pereira Nacif  
Leno Rodrigues de Queiroz  
Giselle Paes Gouveia  
Anderson Chagas da Silva  
Anderson da Cruz Neves  
Cristiane Dias de Almeida  
Juliana Sobrinho dos Santos Moretti | Capítulo Procedimentos de Resposta para Seca/Estiagem  
Rodrigo de Moraes Balduino  
Talime Teleska W. dos Santos

### **Elaboração do Projeto - SEDEC/MI**

Giselle Paes Gouveia

### **Revisão - SEDEC/MI**

Adelaide Pereira Nacif  
Altair Pereira da Silva  
Anderson Chagas da Silva  
Arão Lúcio de Carvalho  
Bruno César Pacheco  
César da Silva Santana  
Cristianne da Silva Antunes  
Giselle Paes Gouveia  
Leno Rodrigues de Queiroz  
Maria Cristina Dantas  
Maria Hosana B. André  
Mariana Cardoso P. Lima  
Reinaldo Soares Estelles

### **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD**

Moema Dutra Freire | Oficial de Programa Justiça, Direitos Humanos e Gestão de Riscos de Desastres  
Graziela da Silveira | Assistente de Programa  
Fabio Ferreira Dias dos Santos | Auxiliar de Programa  
Claudio Osorio Urzúa | Consultor Internacional  
Ellen Cristina Balland | Orientação Pedagógica  
Maria Inez Resende Cunha | Pesquisa e Texto  
Três Design | Diagramação

## Apresentação

Em resposta aos princípios e diretrizes apontadas como prioritárias nas I e II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, ocorridas em 2010 e 2014, e com objetivo de apoiar os Estados, Distrito Federal e Municípios a implementarem a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, do Ministério da Integração Nacional, disponibiliza ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e a sociedade civil o **Programa de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil da SEDEC/MI**, conforme estabelece a Lei 12.608 de 10 de abril de 2012 , que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC.

Como estratégia de implementação, o Programa foi estruturado em duas linhas de atuação: a elaboração e publicação de conteúdos e a capacitação com foco na “Formação de Formadores” e na “Multiplicação aos Municípios”. Norteados de acordo com o previsto na Política, que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, está sendo executado por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/12/017 – Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil celebrado entre a SEDEC/MI e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

Os conteúdos programáticos são apresentados em três livros: Livro Base, Apostila do Instrutor e Apostila do Aluno, com os seguintes “Módulos de Formação”:

- i. Prevenção: “Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos”
- ii. Mitigação e Preparação: “Elaboração de Plano de Contingência”
- iii. Resposta: “Gestão de Desastres, Decretação e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil”
- iv. Recuperação: “Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil para reconstrução”.

A metodologia de elaboração e atualização do presente módulo, partiu do levantamento do acervo didático-pedagógico utilizado nos cursos de capacitação promovidos pela SEDEC/MI com atuação exitosa e das contribuições dos técnicos convidados, que integraram os Grupos de Trabalho – GT's, compostos por representantes de municípios, estados, academia, pedagogos, organismos internacionais e da SEDEC/MI.

O conjunto de publicações ora apresentados não encerra a necessidade de abordagem de temáticas complementares demandadas pelo SINPDEC, havendo uma especial atenção para atualização e lançamento de outros temas.

Esperamos que o material sirva de orientação aos integrantes do SINPDEC, assim como para a sociedade civil, na prevenção e preparação à desastres e no fortalecimento da cultura de Proteção e Defesa Civil no Brasil.

Boa leitura!

Renato Newton Ramlow  
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

## Agradecimentos

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, do Ministério da Integração Nacional, agradece o apoio dos colaboradores, em especial aos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa civil e demais participantes que formaram o grupo de trabalho, que contribuiu na discussão para elaboração dos conteúdos a serem utilizados no **Programa de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil da SEDEC/MI**.

A participação de profissionais de órgãos federais, estaduais, municipais e de organismos internacionais de diversas áreas do conhecimento com interface em proteção e defesa civil, ofereceu uma visão ampla e qualificada, essencial para a construção do **Módulo III – Gestão de Desastres, Decretação e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção em Defesa Civil**, com os seguintes representantes:

- Emerson Antônio Rocha Pazeto, Chefe Departamento de Resposta, Corpo de Bombeiro Militar do Espírito Santo
- Fabio José Areias da Silva, Engenheiro Caixa Econômica Federal
- João Cláudio Schena, Chefe as Seção Técnica e de Convênios, Defesa Civil do Paraná
- José Luiz F. de Abreu, Gerente de Restabelecimento e Reabilitação, Secretaria de Estado da Defesa Civil, Santa Catarina
- Kellen Salles, Subdiretora da Escola Estadual de Defesa Civil - ESDEC – Rio de Janeiro, RJ

## **Lista de abreviaturas e siglas**

### **ANA**

Agência Nacional de Águas

### **ANEEL**

Agência Nacional de Energia Elétrica

### **ART**

Anotação de Responsabilidade Técnica

### **CADIN**

Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

### **CEMADEN**

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

### **CENAD**

Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres

### **CENSIPAM**

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

### **CEPED**

Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

### **CIMAN**

Centro Integrado Multiagências

### **CNEN**

Comissão Nacional de Energia Nuclear

### **COBRADE**

Codificação Brasileira de Desastres

### **CONASQ**

Comissão Nacional de Segurança Química

### **CPDC**

Cartão de Pagamento da Defesa Civil

### **CPRM**

Serviço Geológico do Brasil

### **CPTEC**

Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

### **CREA**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

### **DNPM**

Departamento Nacional de Produção Mineral

### **ECP**

Estado de calamidade pública

### **EMATER**

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

### **FIDE**

Formulário de Informações do Desastre

### **IBAMA**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

### **IBGE**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### **INMET**

Instituto Nacional de Meteorologia

### **INPE**

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

### **LDO**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

### **LOA**

Lei Orçamentária Anual

### **MCID**

Ministério das Cidades

### **MD**

Ministério da Defesa

<b>MI</b>	<b>SEI</b>
Ministério da Integração Nacional	Sistema Eletrônico de Informações
<b>MS</b>	<b>SIAFI</b>
Ministério da Saúde	Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>MTO</b>	<b>SICONV</b>
Manual Técnico de Orçamento	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
<b>NUDEC</b>	<b>SINPDEC</b>
Núcleo Comunitário de Defesa Civil	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
<b>NUPDEC</b>	<b>SIPRON</b>
Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil	Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
<b>OBSIS/UNB</b>	<b>SNH</b>
Observatório Sismológico/Universidade de Brasília	Secretaria Nacional de Habitação
<b>PAC</b>	<b>SUAS</b>
Programa de Aceleração do Crescimento	Sistema Único de Assistência Social
<b>PDR</b>	<b>SUDAM</b>
Plano Detalhado de Resposta	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
<b>PLANCON</b>	<b>TCU</b>
Plano de Contingência	Tribunal de Contas da União
<b>PNPDEC</b>	
Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	
<b>PNUD</b>	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	
<b>PPA</b>	
Plano Plurianual	
<b>RDC</b>	
Regime Diferenciado de Contratações Públicas	
<b>S2ID</b>	
Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres	
<b>SE</b>	
Situação de emergência	
<b>SEDEC</b>	
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	

# Sumário

<b>O papel do instrutor multiplicador</b>	<b>12</b>
<b>Metodologia e didática de ensino para o instrutor</b>	<b>13</b>
Postura profissional do instrutor multiplicador	13
Orientações de oratória	13
Plano de aula	13
Slides Orientadores	15
Práticas pedagógicas	14
A. Atividades de integração	16
B. Concentração/Foco	17
C. Conteúdo	18
D. Encerramento/Avaliação	20
<b>Sobre o módulo: resposta - gestão de desastres, decretação e reconhecimento federal e gestão de recursos federais em proteção em defesa civil</b>	<b>22</b>
I. Ementa	22
II. Quadro cronograma do curso (sugestão)	22
<b>1. Introdução</b>	<b>24</b>
<b>Sugestão de plano de aula</b>	<b>25</b>
<b>1.1. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPD</b>	<b>27</b>
<b>1.2. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC</b>	<b>27</b>
<b>1.3. Histórico de desastres naturais no mundo e no Brasil</b>	<b>28</b>
Exercício 1	30
<b>1.4. Resposta a desastres no ciclo de gestão em proteção e defesa civil</b>	<b>32</b>
Exercício 2	33
<b>1.5. Conceituação relacionada a desastres</b>	<b>33</b>
Exercício 3	34
<b>1.6. Leituras complementares</b>	<b>34</b>
<b>2. Gestão de desastres</b>	<b>36</b>
<b>Sugestão de plano de aula</b>	<b>37</b>
<b>2.1. Ações de resposta a desastres</b>	<b>38</b>
Exercício 4	39
<b>2.2. Preparação para resposta a desastres no nível local</b>	<b>41</b>
Exercício 5	41
<b>2.3. Sobre o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID</b>	<b>41</b>
Exercício 6	43
<b>2.4. Principais questões recorrentes na resposta a desastres</b>	<b>44</b>
Exercício 7	44
<b>2.5. Leituras complementares</b>	<b>44</b>

<b>3. Aspectos administrativos e gestão de recursos federais destinados à resposta</b>	<b>48</b>
<b>Sugestão plano de aula</b>	<b>49</b>
<b>3.1. Decretação (declaração), homologação e reconhecimento de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP)</b>	<b>49</b>
3.1.1. Critérios para caracterização de SE ou ECP	50
3.1.2. Procedimentos para reconhecimento federal	51
3.1.3. Efeitos vinculados ao reconhecimento de SE ou ECP	
Situação hipotética no município fictício de Fidelândia/UF	52
Exercício 8	54
Exercício 9	61
Exercício 10	63
Exercício 11	66
<b>3.2. Apoio do governo federal para resposta a desastres</b>	<b>68</b>
Exercício 12	68
<b>3.3. Cartão de pagamento de defesa civil – CPDC</b>	<b>73</b>
3.3.1. Sobre os fornecedores	73
3.3.2. Sobre a transparência do CPDC	75
3.3.3. Aquisições emergenciais	75
3.3.4. Fiscalização	75
<b>3.4. Prestação de contas</b>	<b>75</b>
3.4.1. Quando e como se prestam contas dos recursos federais?	75
3.4.2. Tomada de Contas Especial (TCE)	76
<b>3.5. Leituras complementares</b>	<b>76</b>
<b>4. Avaliação</b>	<b>78</b>

## **Índice de figuras**

<b>Figura 1.</b> Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil	<b>27</b>
<b>Figura 2.</b> O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC	<b>28</b>
<b>Figura 3.</b> Fluxo de detritos em Teresópolis/RJ	<b>28</b>
<b>Figura 4.</b> Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil	<b>32</b>
<b>Figura 5.</b> Resposta nas 5 ações de Proteção e Defesa Civil	<b>39</b>

## **Indice de quadros**

Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada.

## **Indice de tabelas**

Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada.

## O papel do instrutor multiplicador

Caro(a) Instrutor(a) Multiplicador(a),

Primeiramente obrigado por ter aceitado atuar junto a nós nessa missão de multiplicar o conhecimento em prol de melhores ações de Proteção e Defesa Civil em todo o Brasil. Obrigado por sua parceria!

Elaboramos este material didático pensando em aprimorar os seus conhecimentos e contando com sua experiência para nos auxiliar em todas as demandas do Agente de Proteção e Defesa Civil dos Municípios de seu Estado.

Construir o conhecimento ou ensinar sobre um determinado assunto é um processo de mão dupla, onde o instrutor e participante crescem juntos. Não basta informar.

A informação por si só se perde no meio de tantos pensamentos e ações. É preciso absorvê-la, transformá-la em conhecimento, habilidades, para que ela se torne eficaz no dia-a-dia.

Essa apostila poderá ser um instrumento essencial para suas ações enquanto Instrutor Multiplicador e Orientador dos Agentes de Proteção e Defesa Civil de seu Estado.

Siga as dicas para facilitar ainda mais seu trabalho:

- Leia atentamente cada unidade para entender todo o assunto.
- À medida que for lendo, faça intervalos para compreender a essência do que foi lido, recorra ao Livro Base sempre que preciso.
- Preste atenção nos quadros, ícones e ilustrações, eles contêm mensagens importantes.
- Tenha o hábito de fazer esquemas e anotações ao longo dos textos – **Rabisque sem medo sua apostila** – Ela é sua e suas anotações serão importantes no futuro.
- Anote as dúvidas que surgirem durante a leitura e esclareça-as com os órgãos e pessoas responsáveis.
- A cada tema tratado tente fazer relações com sua realidade local e com o local onde esteja ministrando o curso. Essas relações lhe permitirão ajudar a resolver os problemas dos Agentes de Proteção e Defesa Civil de seu Estado.
- Utilize os slides com sabedoria, eles são seu apoio e precisam ser adaptados a sua realidade.
- Estude, se organize, esteja preparado para ser o Instrutor Multiplicador do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.

Esperamos que estas dicas possam te guiar neste desafio de ensinar e aprender para agir melhor e que este material se torne uma grande ajuda para os possíveis desafios que venha a enfrentar dentro das ações de Proteção e Defesa Civil.

Tenha um ótimo curso!

Equipe Pedagógica

# **Metodologia e didática de ensino para o instrutor**

## **Postura profissional do instrutor multiplicador**

Instrutor(a) Multiplicador(a) prepare-se!

A partir de agora você estará visível a todos como referência aos trabalhos de Proteção e Defesa Civil no Brasil e em seu Estado. O seu posicionamento e suas atitudes serão fundamentais para alcançar o sucesso deste curso.

Vocabulário adequado, auto-organização, dedicação, pro atividade, clareza nas suas ideias e falas, diálogo aberto e horizontal são pontos chave para um ambiente favorável a construção do conhecimento.

Ter postura não é ser autoritário e sim ser solícito, empenhado a ouvir e construir juntos. Valorize o conhecimento do próximo, respeite sua turma e o trabalho que vão desenvolver juntos. Todos, incluindo você, estão na mesma equipe!

Trabalhe em grupo! Construam juntos!

## **Orientações de oratória**

Falar em público, nem sempre é tão simples quanto parece. É preciso saber se expressar de maneira efetiva. Existem algumas orientações simples que podem lhe ajudar:

- Disponha a turma sempre em um grande círculo de tal modo onde todos possam se escutar, se olhar para ter melhor concentração na aula.
- Domine o assunto que irá decorrer. Estude! Esteja seguro das informações que quer passar.
- Seu corpo fala, se expresse, sorria, sinta o que está falando;
- Evite monotonia, projete sua voz em diferentes tonalidades e ritmos;
- Não leia os slides, eles são apenas seu apoio para organizar as ideias;
- Não tenha medo de errar ou não saber uma resposta, a construção do conhecimento é coletiva, se não souber peça ajuda;
- Tenha paciência, às vezes conversas paralelas fazem parte do raciocínio, não confronte, traga a conversa para todo o grupo;
- Não exponha ninguém do grupo, sem antes ter sua permissão para tanto;
- E acima de tudo respire e se divirta!

## **Plano de aula**

Instrutor(a) Multiplicador(a) prepare sua aula!

É claro que os Livros Bases e a sua Apostila serão pontos chaves para sua desenvoltura enquanto Instrutor Multiplicador, mas não podemos nos resumir a eles. É preciso preparar sua aula em função da realidade do seu Estado e os Municípios a serem trabalhados. Deve-se saber, tão bem quanto possível, as características principais dessa realidade.

É a partir desta realidade que você será capaz de desenhar objetivos específicos a serem atingidos a cada etapa de sua aula, bem como a melhor maneira de atingi-los.

Preencha seu plano de aula abaixo, por unidade de trabalho, conforme orientado, assim você terá melhor organizado quais os passos a seguir em cada etapa do curso.

## **Curso de capacitação em proteção e defesa civil**

---

Tema central:

Carga Horária:

Instrutor:

Data:

Período: Manhã ( ) Tarde ( )

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Conteúdos trabalhados</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Recursos necessários</b>
O que se pretende alcançar neste período de tempo (em tópicos)	Quais os conteúdos a serem trabalhados neste período de tempo (em tópicos)	Como será a aula? (Exposição de slides, debate em grupo, atividade específica, etc.)	Quais recursos necessito para desenvolver a aula. (Computador, projetor, canetas, papel, cartolina, equipamento de som, etc.)

Avaliação Continuada:

A avaliação é da sua aula e não do apenas do aluno. (Participação na atividade proposta, envolvimento sócio afetivo, retorno dos questionamentos colocados, etc.).

---

Referências suplementares:

Caso use alguma referência não listada no Livro Base e Apostila descreve aqui.

---

Observações:

Coloque aqui qualquer observação que se julgue importante para o andamento da sua aula

---

## **Slides Orientadores**

Caro(a) Instrutor(a) Multiplicador(a),

Anexo você irá encontrar alguns slides pré-produzidos para orientar sua fala durante o curso. Siga a sequência lógica estabelecida, mas também se sinta à vontade para adaptar o material à realidade de seu Estado, ou Município. Mas antes de qualquer alteração cuidado:

1. Não modifique o layout do slide, fundo, cores e logos devem seguir o padrão do governo federal.
2. Cuidado ao aumentar o número de slides, calcula-se 1 slide para cada 2 minutos de fala corrida.
3. Caso inclua algum texto siga os critérios:
  - a. Fonte 20 a 28 para texto e 32 a 46 para títulos
  - b. Não faça frases longas, use tópicos
  - c. Cada slide deverá ter entre 6 a 8 linhas de texto
4. Mescle imagens, vídeos, mas não deixe de citar a fonte do material usado. Cuidado com os direitos autorais de algumas imagens.
5. Faça uma revisão completa antes de usar o material:
  - a. Veja se não tem erros de linguagem ou digitação
  - b. Veja se as imagens colocadas estarão visíveis a todos

## **Práticas pedagógicas**

As atividades de integração, ou dinâmicas, são ferramentas pedagógicas fundamentais para preparação do “aprender”. É preciso estar disposto, concentrado e preparado para atuar na construção do conhecimento.

Portanto, o instrutor também é responsável por deixar sua turma “pronta para aprender”. As dinâmicas são separadas em:

1. Integração – São as atividades iniciais, para deixar a vergonha de lado e criar um ambiente onde todos se sintam aptos e a vontade para participar. É o momento onde se cria o coletivo coeso de aprendizagem.
2. Concentração/Foco - Normalmente parecem ser as atividades mais “bobas”, mas são essenciais para a concentração do grupo. São atividades de foco, coordenação, atenção, que trazem os participantes para dentro da sala de aula. Essas atividades são recomendadas principalmente em períodos de dispersão, como pós intervalo e almoço.
3. Conteúdo - São atividades diretamente relacionadas aos conteúdos da aula no intuito de contribuir para a reflexão de determinada discussão.
4. Encerramento/Avaliação – São atividades para reflexão, mesmo que breve, sobre as atividades desenvolvidas durante o dia. Um momento para uma breve síntese e avaliação do processo de ensino-aprendizagem do grupo.

Como instrutor escolha atividades em que você se sinta à vontade para ministrar (que se sinta capaz de se divertir com ela). Leve em consideração a sua personalidade e desenvoltura para essa escolha. Mas lembre-se que tudo é questão de prática, então pratique, ensaie antes de aplicar uma dinâmica.

Abaixo segue algumas sugestões:

### **a. Atividades de integração**

#### **1. Apresentação Geral: Imagem, nome e ação**

Material: Flip-chart e Canetões Coloridos

Condução: O instrutor conduz uma primeira rodada de apresentação, onde todos se apresentam, incluindo nome, função, mini histórico profissional e acrescentando coisas pessoais como: livro e filme favorito, esporte, o que faz no tempo livre, etc. Em seguida o instrutor solicita alguns voluntários. Realiza-se um sorteio com o nome de todos os participantes. Sem usar a fala, o voluntário deverá, através de desenho e mímica,

direcionar os demais colegas a adivinhar qual a pessoa do grupo a qual ele se refere. Repete a ação com outros participantes durante o tempo que tiver disponível.

Tempo: Mínimo 15 minutos

## **2. Acordo Inicial**

Material: Flip-chart, Canetões Coloridos, cartões amarelos e vermelhos

Condução: Orienta-se a todos os participantes, juntos, estabelecerem regras de convivência durante todo o período de trabalho. As regras que forem de comum acordo são descritas em uma cartolina que ficará visível a todos. Sugere-se também a utilização de cartões comunicativos, onde o cartão de cor vermelha indicará “conclua a sua fala” e o cartão de cor amarela indicará “permaneça no foco da discussão”. Os cartões deverão ficar disponível a todos para que durante o tempo de trabalho possa ser utilizado.

Tempo: 10 minutos

## **3. Dinâmica do abrigo**

Material: Folha A4, com a atividade:

A cidade de “Sedeclandia” está recebendo chuvas fortes com rajadas de vento, é necessário que a população seja direcionada imediatamente para um abrigo após diversos deslizamentos no município. O abrigo está em um lugar seguro, mas, no entanto, pode abrigar apenas mais 6 pessoas esta noite.

12 pessoas precisam ser abrigadas, mas apenas 6 delas poderão entrar, as outras deverão esperar 24hs ao relento para a abertura de um novo abrigo.

(Pessoas Interessadas em Ir Para o Abrigo)

- ( ) O principal empresário da cidade e principal colaborador da Prefeitura, 35 anos.
- ( ) O morador de rua mais conhecido da cidade, portador de HIV e usuário de drogas, 38 anos.
- ( ) A filha do Secretário Municipal de Educação 13 anos.
- ( ) O menor infrator acusado de abuso sexual e homicídio, 14 anos.
- ( ) O pastor da igreja evangélica, conhecido por ser intolerante as demais religiões, 78 anos.
- ( ) O professor universitário (*com fama de*) abusar de seus alunos, 82 anos.
- ( ) A prostituta, deficiente auditiva, com seu cachorro e 2 gatos, 25 anos.
- ( ) O cadeirante, esportista nacional das Paraolimpíadas, 25 anos.
- ( ) O policial aposentado armado e sendo processado pela lei Maria da Penha, 45 anos.
- ( ) O bombeiro afastado do cargo por corrupção, 48 anos.
- ( ) A grávida, esposa do antigo agente de Proteção e Defesa Civil, 26 anos.
- ( ) A grávida, solteira e sem saber quem é o pai da criança, 25 anos.

Quem poderá passar a noite no abrigo? Como tomar a decisão?

Condução: O instrutor separa o grupo em duas turmas e entrega a atividade em mãos, esperando com que o grupo a complete em cerca de 5 minutos. Após concluírem, abre a roda para o debate.

Tempo: 20 minutos

## **4. Cegueira**

Material: Venda para os olhos.

Condução: O instrutor solicita um voluntário e o leva para fora da sala. Explica para ele que a partir daquele momento ele fará o papel de cego e responderá os comandos da turma. Coloca a venda neste participante. Na sala explica para o grupo que eles terão que escolher um local onde será o abrigo de todos e então terão que espalhar obstáculos pela sala (cadeiras, mesas, etc.). Assim o “cego” entra na sala e sob orientações do

grupo podendo dizer apenas direita, esquerda e frente, ele deverá chegar até o obrigo.

Tempo: 15 min.

## b. Concentração/Foco

### 1. Comunicação por piscada

Material: Não é necessário material.

Condução: O instrutor organiza o grupo em círculo, onde todos possam claramente se olhar (pode ser sentados ou em pé). O instrutor solicita que todos apenas se olhem e então coloca as regras: ao receber uma piscada, essa piscada deve ser passada imediatamente para outra pessoa discretamente e assim por diante. É necessário orientar que ao passar a piscada a pessoa tem que se certificar que a receptor a recebeu. (Piscar para alguém que estiver te olhando). O instrutor verifica quando as piscadas pararem de rodar ou se duplicarem. No final da atividade levanta o debate sobre comunicar e receber a comunicação.

Tempo: Mínimo 10 min.

### 2. Quando eu digo sim, você tem que dizer não

Material: Não é necessário material.

Condução: O instrutor inicia a atividade com a música:

*“Quando eu digo sim, quando eu digo sim, quando eu digo sim você tem que dizer não,  
Quando eu digo não, quando eu digo não, quando eu digo não você tem que dizer sim.  
SIM, SIM, SIM”*

Espera que o grupo responda em coro:

*NÃO, NÃO, NÃO*

Desta maneira o instrutor brinca com a ordem das palavras: SIM, NÃO, SIM esperando que o coro responda NÃO, SIM, NÃO

O instrutor continua a música brincando com os “opostos”, assim como:

*“Quando eu digo lua, quando eu digo lua, quando eu digo lua você tem que dizer sol,  
Quando eu digo sol, quando eu digo sol, quando eu digo sol, você tem que dizer lua.  
LUA, LUA, LUA”*

E assim segue conforme criatividade do instrutor.

Tempo: 10 min.

### 3. Guli, guli

Material: Não é necessário material.

Condução: O instrutor inicia a atividade organizando os participantes em roda, de modo que os joelhos fiquem próximos uns dos outros, inicia a música:

*“Taratatá, taratatá, guli, guli, guli, guliatatá.  
Taratatá, taratatá, guli, guli, guliatatá.”*

*Aue, Aue... Guli, guli, guli, guliatatá.*"

Com a música, o instrutor orienta que todo "taratatá" os integrantes terão que bater a mão nas pernas, todo "guli" deverão fazer um gesto no rosto, e no "auê", levantar as mãos para cima. Ao longo da atividade o instrutor dificulta o processo de coordenação, solicitando que os "taratatas" deverão ser realizados na perna dos companheiros do lado esquerdo e os "guli" no rosto dos companheiros da direita. Pode brincar com a velocidade para deixar a atividade ainda mais difícil.

Tempo: 10 min

#### **4. Parampampã**

Material: Não é necessário material.

Condução: O instrutor inicia a atividade organizando os participantes em roda, de modo que os joelhos fiquem próximos uns dos outros. O instrutor ensina os movimentos, mãos ao joelho, cruza as mãos e coloca aos joelhos, abre-se as mãos colocando-as nos joelhos dos companheiros ao lado. Canta-se a música:

*"Parampampã Parampampã Parampampã Parampampãpã!  
Parampampã Parampampã Parampampã Parampampãpã!  
Parampampã Parampampã Parampampã Parampampãpã!"*

Tempo: 10 min

### **c. Conteúdo**

#### **1. A feira**

Material: Não é necessário material.

Condução: O instrutor inicia a atividade dizendo que foi a feira e comprou X fruta, na sequência da roda, o integrante seguinte repete o que o instrutor retratou e acrescenta um elemento, assim segue. Após a primeira rodada, pode-se adaptar a atividade para as ações de Proteção e Defesa Civil. O instrutor pode iniciar com "me tornei Agente de Proteção e Defesa Civil", "Recebi um telefonema dos órgãos responsáveis me dando um alerta de desastres", etc.

Tempo: Mínimo 10 min.

#### **2. Stop (adedonha)**

Material: Folha A4 previamente preparada (1 por dupla) conforme foto. Pode-se adaptar as colunas conforme tema a ser abordado.

Condução: O instrutor, escolhe uma letra ou a sorteia juntos aos participantes. Dê 120 segundos para que finalizem a atividade. Repete o número de letras que for possível.

Tempo: Mínimo 15 minutos.

#### **3. Contação de histórias (desenho)**

Material: Flip-chart e canetões coloridos

Condução: O instrutor solicita que todos façam uma fila com seus devidos canetões, e estabelece as regras (relacionando com assunto do curso):

A história não pode parar

Cada um tem 60 segundos para contar a história e desenha-la ao mesmo tempo

Ao término dos 60 segundos o próximo da fila continua a história do ponto parado até finalizar seus 60

segundos

Assim segue até o fim dos participantes

Tempo: 10 min

#### **4. Contação de histórias (palavras)**

Material: Flip-chart, canetões coloridos, palavras relacionadas a Defesa Civil e outras que destoam, previamente escritas no quadro, conforme foto.

Condução: O grupo se reúne ao redor do quadro e é orientado pelo instrutor que devem juntos montar uma história relacionada ao tema usando as palavras no quadro, uma vez que uma determinada palavra é introduzida na história o instrutor irá riscá-la não podendo ser assim repetida.

Tempo: 5 minutos

#### **5. QUIZ Defesa Civil**

Material: 2 Lista de Perguntas sobre Defesa Civil com Respostas Rápidas.

Condução: O instrutor separa os participantes em dois grupos. Entrega uma lista de perguntas para cada grupo e calcula um tempo de 5 min para que eles respondam as perguntas. Em seguida escolhe-se o primeiro grupo a responder as perguntas. Coloca-se um tempo de 90 segundos, a equipe opositora faz as perguntas enquanto o grupo responde. A medida com que as respostas são validadas o grupo questionador introduz uma nova pergunta da lista. No final dos 90 segundos conta-se quantas perguntas foram respondidas. Repete-se o processo com o outro grupo. Quem responder mais perguntas num intervalo de tempo de 90 segundos é o grupo vencedor.

Tempo: Mínimo 20 min

#### **6. 90 segundos dos conceitos**

Material: 2 Flip-chart e canetões coloridos.

Condução: O instrutor separa os participantes em dois grupos. Cada um terá um Flip-chart e canetões. O instrutor conta 90 segundos para que os grupos escrevam todos os conceitos relacionados a Proteção e Defesa Civil que lhes vem à mente. Após 90 segundos o grupo valida os conceitos e verifica qual grupo conseguiu levantar o maior número de expressões.

Tempo: 10 minutos

#### **7. Sim ou não – qual é a expressão**

Material: Cartolina com perguntas orientadoras (foto), conceitos ou expressões de Defesa Civil previamente escolhidos.

Condução: O instrutor solicita um voluntário que receberá uma palavra/expressão relacionada ao tema tratado. Explica que sobre essa palavra/expressão ele só poderá responder SIM ou NÃO. O grupo restante inicia elaborando perguntas sobre a palavra/expressão (orientados pelo quadro), sabendo que o voluntário só pode responder SIM ou NÃO. O objetivo é adivinhar a palavra/expressão.

Tempo: 5 a 15 min.

#### **8. Forca**

Material: 2 Flip-chart e canetões coloridos.

Condução: O instrutor solicita um voluntário que escreverá uma frase (relacionada à proteção e defesa civil) para que seja conduzida a Forca. O restante do grupo deverá chutar até no máximo 5 letras e então desvendar a frase.

Tempo: 5 minutos.

## **9. Dinâmica do Julgamento**

Material: 3 Flip-chart e canetões coloridos.

Condução: O instrutor irá contar um fato (relacionado ao tema e que seja passível de polêmica). O grupo estará separado em três subgrupos: grupo de defesa, grupo de acusação e grupo de juízes. O instrutor dá aos grupos de defesa e acusação 5 minutos para preparar sua apresentação ao grupo de juízes. Em seguida os grupos terão 5 minutos cada para sua apresentação ao tribunal e este por sua vez mais 5 minutos para dar o veredito. Após atividade recomenda-se uma roda de debate.

Tempo: 30 minutos.

## **d. Encerramento/Avaliação**

### **1. Massagem**

Material: Não é necessário material.

Condução: O instrutor solicita organiza o grupo em roda de modo que todos fiquem bem próximos uns aos outros. Orienta então para que todos virem para o lado esquerdo de maneira que tenham alguém a sua frente e atrás. Inicia-se uma massagem coletiva, ao mesmo tempo que se recebe a massagem da pessoa de trás é feita a massagem na pessoa da frente. Inverte o lado após 2 minutos.

Tempo: 5 minutos.

### **2. Balão de pensamentos**

Material: Bexiga, papel e canetas

Condução: O instrutor entrega um balão para cada integrante juntamente com um pedaço de papel. Desta forma, os integrantes recebem a orientação de escrever em no máximo 1 frase as impressões que tiveram do curso e/ou dia. As frases devem ser colocadas dentro do balão que será enchido. Ao comando do instrutor todos jogão os balões para cima e pegam outro balão que não seja o seu. Em um só estouro, as frases serão liberadas e lidas a todos conforme instruções.

Tempo: 20 minutos.

### **3. Papel Amassado**

Material: Música (Como uma onda no Mar de Lulu Santos) e papeis.

Condução: O instrutor distribui folhas de papel aos ouvintes e os orienta para que amassem o máximo que puderem a folha de papel que receberam. Simultaneamente inicia-se a música. A seguir, é solicitado que “voltem as suas folhas ao que eram antes”, ou seja, que as desamassem. Nesse momento, os participantes serão questionados quanto à folha de papel: “Afolha está igual ao que estava antes?”. Abre a roda de conversa para refletir quais mudanças o curso trouxe para o grupo.

Tempo: 20 minutos.

### **4. Vela (recomendado para o fim do curso)**

Material: Vela pequena (quase em seu fim) e vela nova

Condução: Os participantes deverão se posicionar em um círculo. O instrutor terá em suas mãos uma vela quase no fim dizendo:

*“Esta vela que está se acabando é você. Ela representa o final das nossas atividades aqui. Muitas coisas poderiam ter sido realizadas, mas não foram. Algumas nem foram ditas. Você está no seu instante final e esta é uma oportunidade única. É a sua despedida. O que você gostaria de dizer ou a quem gostaria de se dirigir?”*

Inicia-se por um voluntário. Este falará e passará o toco da vela para o vizinho da direita e, assim, sucessivamente.

mente, até todos terem falado. Acende-se então a vela grande (nova). Recomeçando com o mesmo voluntário do início, dizendo o seguinte:

*"Esta vela é você em um novo começo, representando o que você não fez até hoje, mas gostaria de fazer. Que pessoa você escolheria para depositar toda a sua confiança e dar continuidade ao que você não pôde realizar? Dirija-se até ela e passe a vela".*

Tempo: 30 minutos.

Boa aula!  
Equipe Pedagógica

## **Sobre o módulo: Resposta - Gestão de Desastres, Decretação e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção em Defesa Civil**

O conteúdo do Módulo “Resposta - gestão de desastres, decretação e reconhecimento federal e gestão de recursos federais em proteção em defesa civil ” foi organizado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O curso possui a seguinte estrutura:

### I. Ementa

**Carga Horária:** 20h

**Público Alvo:** Agentes de proteção e defesa civil (incisos II e III, Art.18, Lei 12.608/12)

**Objetivo geral do curso:** Promover a compreensão da resposta como parte da Proteção e Defesa Civil: o reconhecimento federal de SE ou ECP, a gestão do desastre, a gestão dos recursos federais oriundos de ‘Transferência Obrigatória’ em apoio complementar aos entes federados Atingidos por desastres, desde a solicitação até a prestação de contas dos recursos.

**Objetivos Específicos do Curso:**

- Promover a compreensão da gestão do desastre e ações emergenciais típicas de resposta a desastres.
- Promover a compreensão dos procedimentos e critérios para a declaração de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP) pelos municípios, estados e Distrito Federal, para o reconhecimento federal.
- Promover a compreensão das condicionantes estabelecidas na legislação pertinente sobre transferência de recursos financeiros federais destinados às ações de resposta a desastres, em apoio aos entes federados.
- Promover a compreensão do ciclo de transferência de recursos financeiros federais destinados às ações de resposta a desastres, em apoio a Estados, DF e Municípios afetado por desastre, conhecendo detalhadamente os procedimentos relacionados à/ao: solicitação dos recursos; análise técnica e aprovação pela SEDEC/MI; aplicação dos recursos e acompanhamento/fiscalização da execução e, prestação de contas pelo ente apoiado.

II. Quadro cronograma do curso (sugestão)

Período	Dia 1	Dia 2	Dia 3
08h45-09h00	Abertura: Fala autoridades envolvida Apresentação do Curso: Ementa e Cronograma	Práticas Pedagógicas – Conteúdo	Práticas Pedagógicas – Conteúdo
09h0-09h20	Práticas Pedagógicas – Integração: Apresentação, Geral e Acordo Inicial	<b>Unidade 3:</b> Aspectos administrativos e gestão de Recursos Federais Exposição	<b>Unidade 3:</b> Prestação de Contas Exposição
09h40-10h30	<b>Unidade 1:</b> Introdução Exposição e aplicação dos Exercícios 1		
10h30-10h45	Café com Prosa	Café com Prosa	Café com Prosa
10h45-12h15	<b>Unidade 1:</b> Introdução Exposição e aplicação dos Exercícios 2 e 3	<b>Unidade 3:</b> Aspectos administrativos e gestão de Recursos Federais: Exercício 8	Exercício 13 Avaliações Práticas Pedagógicas – Integração Encerramento do curso
12h15-13h45	Intervalo Almoço	Intervalo Almoço	
13h45-14h00	Práticas Pedagógicas – Foco e Concentração	Práticas Pedagógicas – Foco e Concentração	
14h00-15h45	<b>Unidade 2:</b> Gestão de Desastres Exposição e Exercícios 4 e 5	<b>Unidade 3:</b> Aspectos administrativos e gestão de Recursos Federais Exercícios 9 e 10	
15h45-16h00	Café com Prosa	Café com Prosa	
16h00-17h30	<b>Unidade 2:</b> Gestão de Desastres Exposição e exercícios 6 e 7	<b>Unidade 3:</b> Aspectos administrativos e gestão de Recursos Federais: Exposição e exercícios 11 e 12	
17h30-17h45	Práticas Pedagógicas Encerramento dia 1	Práticas Pedagógicas Encerramento dia 2	

# 1. Introdução

---

### Sugestão plano de aula

#### Orientações ao Instrutor

Estude o conteúdo do Livro Base para preparar sua aula. O conteúdo da Apostila orienta para os pontos principais e a sequência entre os 5 períodos do curso (manhã / tarde), mas havendo tempo não deixe de abordar outras questões do Livro Base.

Esta unidade tem um total de 4hs, sendo 3h concretas de aula, divididas entre: Abertura (40 min), exposição (40 min) e prática (1h40 min). A unidade 1 possui 3 propostas de exercícios prático:

Ex. 1 – 30 min

Ex. 2 – 30 min

Ex. 3- 40 min

Total: 1h40 min

Mas lembre-se que sua expositiva e a prática estão mescladas.

Sempre que possível, busque exemplos práticos da realidade do Estado e dos Municípios que estão sendo capacitados, de maneira a tornar o curso mais interessante e mais adequado à realidade local.

### Resposta

---

Tema central: Introdução à Resposta

---

Carga Horária: 1 período (4 horas –3h/aula)

---

Instrutor:

---

Data:

Unidade: 1

---

Objetivos específicos	Conteúdos trabalhados	Procedimentos	Recursos necessários
1. Conhecer o contexto dos Desastres Naturais do Brasil e do Mundo 2. Compreender a resposta a desastres na gestão integrada de proteção e defesa civil. 3. Ter aproximação com os principais conceitos relacionados à Desastres	1. Histórico de Desastres Naturais no Mundo e no Brasil (Ex. 1) 2. Resposta a desastres no ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil (Ex. 2) 3. Conceituação Relacionada a Desastres (Ex. 3)	1. Abertura do Curso 2. Atividade de Integração 3. Slide – Adaptar para fotos locais (ou vídeo) 4. Chuva de ideias 5. Exposição de Slides (Conteúdo) 6. Atividades de 1 a 3	Computador Projetor, Flip-chart /Quadro ou Cartolina Canetões ou Giz Folha A4 e canetas

Avaliação Continuada:

Coleta Diagnóstica na Chuva de Ideias

Participação nos Debates

---

Referências suplementares:

Lei Federal nº 12.608

InSTRUÇÃO Normativa IN 01/MI

---

Observações:

Levar anotações dos Estudos do Livro Base – Unidade 1

Preparar chuva de ideias

Esteja preparado para a discussão dos conceitos

Preparar as atividades 1 a 3

---

### Objetivos da unidade

Conhecer os aspectos gerais da Proteção E Defesa Civil, conceitos fundamentais, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e o sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Conhecer o contexto dos desastres naturais no mundo e no Brasil, compreender a resposta a desastre na gestão integrada em proteção e defesa civil e os principais conceitos relacionados.

Aprofunde seu estudo no Livro Base, Capítulo 1 e 2.

### Orientações ao Instrutor

Este conteúdo é um assunto introdutório para todos os temas e deverá ser abordado apenas no caso da capacitação para “Reconstrução: Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil para Reconstrução” ser realizada isoladamente, ou seja, se o assunto não tiver sido abordado em algum tema anterior, como por exemplo, no módulo “Gestão de Risco”.



O triângulo equilátero representa a cooperação de todos, a união de esforços, com o objetivo de proteger a vida. A base desse triângulo representa a segurança e estabilidade. Os dois vértices representam a prevenção e a ação, medidas fundamentais para a proteção de toda a população.

As mãos estilizadas representam o cuidado e o amparo com a população em geral.

A cor azul remete à tranquilidade, ao equilíbrio e à serenidade necessária a todos na realização dessas atividades.

A cor laranja traduz o calor humano e a solidariedade, além de ser a simbologia oficial das ações de Proteção e Defesa Civil.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, estabelecida por meio da Lei 12.608, prevê que as ações de proteção e defesa civil sejam organizadas pelas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Assim, para cada uma delas há responsabilidades específicas, ao mesmo tempo em que se considera que façam parte de uma gestão sistêmica e contínua.

O conjunto dessas ações é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente, que envolve a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, configurando uma gestão integrada em proteção e defesa civil.



**Figura 1.** Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil.  
Fonte: Elaboração SEDEC/MI, 2017.

## 1.1. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPD

A PNPDEC, é o marco doutrinário da proteção e defesa civil no Brasil, estabelecida pela lei 12.608. Expressa pelas diretrizes e objetivos instituídos na política e por sua vez, concentra-se em definir as competências dos entes federados, estabelecendo uma abordagem sistêmica para a gestão de risco, dentro das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Duas informações são aqui bastante importantes. Como abordagem sistêmica deve-se considerar que suas ações possuem relação entre si, e jamais ocorrem de maneira isolada. Ou seja, mesmo em momentos de recuperação, por exemplo, a perspectiva da prevenção deve estar presente. É a isto que se refere o Quadro

de Sendai quando menciona a máxima “Reconstruir Melhor que Antes”.

Da mesma maneira, pensar a gestão de risco como ação integrada significa dizer que o conjunto dessas ações é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente, que envolve a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, configurando uma gestão integrada em proteção e defesa civil.

## 1.2. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil- SINPDEC

A Proteção e Defesa Civil é organizada por meio de um sistema, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, com a seguinte estrutura prevista na Lei 12.608/12:



**Figura 2.** O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.  
Fonte: Elaboração SEDEC/MI, 2017.

A complexidade crescente das atividades humanas, as alterações no meio ambiente e no clima, a continua exploração de recursos naturais interagindo com um crescente número de pessoas expostas, socioeconomicamente vulneráveis em cenários fragilizados, resultam em desastres com significativos danos humanos, materiais e ambientais. Essa realidade complexa de ameaças e vulnerabilidades com consequentes riscos e exposição é que justificam o planejamento e a preparação do Gestão de Desastres, ainda que a prevenção seja prioridade.

Por isso, para que a resposta a desastre seja efetiva, os órgãos de proteção e defesa civil, principalmente os municipais, precisam ser mantidos estruturados e organizados e devem atuar juntamente com os demais que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

**A melhor resposta a desastre é sempre a primeira. Por esta razão é necessário que a comunidade e a administração pública estejam preparadas e organizadas.**

### 1.3. Histórico de desastres naturais no mundo e no Brasil

Segundo dados da Estratégia Internacional de Redução de Desastres, da Organização das Nações Unidas (EIRD/ONU), todos os anos, mais de 200 milhões de pessoas são afetadas por desastres de diferentes origens, com uma pequena linha do tempo de alguns desastres relevantes.

A realidade mundial dos desastres naturais também pode ser percebida com a representação no mapa mundi dos registros no período de vinte anos, de 1994 a 2013, na figura a seguir.

No Brasil, as ocorrências de desastres, em especial os de origem natural, coincidem com a deterioração das condições de vida nas cidades, onde, em menos de um século, houve um crescimento significativo de sua população e inversão no tipo de ocupação do território, já que uma maioria que vivia no meio rural passou a viver no meio urbano

Segundo o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais - 1991 a 2012, do CEPED/UFSC, os desastres que mais afetam o território brasileiro são: seca e estiagem; inundação brusca; inundação gradual; vendaval e/ou ciclone; e granizo. Esses desastres de origem natural têm incidência regional diferenciada:

- Na **Região Norte**, a maior frequência de desastres concentra-se no Estado do Pará, mais especificamente na porção Centro-Norte.

## 1. Introdução

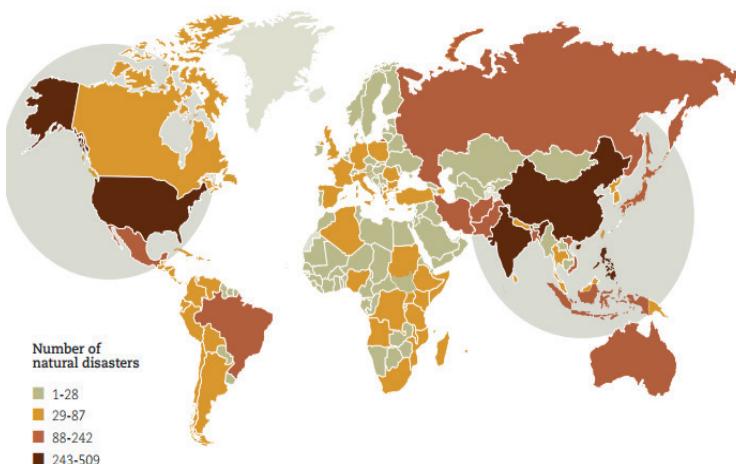


**Figura 3.** Fluxo de detritos em Teresópolis/RJ, 2011.  
Fonte: SEDEC/MI.

### Linha do tempo - alguns desastres naturais relevantes no mundo:

País	Síria	Turquia	Lisboa	Filipinas	EUA	Haiti	Sendai/ Japão	Nepal
Desastre/ Magnitude	Terremoto	Terremoto 8,5 Richter	Terrem/Tsun/Inc 8,6 Richter	Tsunami	Furacão Katrina 280 km/h	Terremoto 7,0 Richter	Sismo / Tsunami Central nuclear	Terremoto
<b>Linha do tempo</b>								
Ano	526	1138	1755	2004	2005	2010	2011	2015
Danos		230 mil mortos	50 mil mortos	170 mil mortos		200 mil mortos		8.831 mortos

**Figura 1.** Desastres naturais de 1994-2013



**Tabela 1.** Desastres naturais – 2004/14.

Continentes	Ocorrência de desastres naturais, 2004 a 2013
Ásia	44,4 %
Américas	23,5 %
Europa	16,7 %
África	12,0 %
Oceania	3,4 %

Fonte: CRED, 2014

- No **Nordeste**, a mancha de recorrência engloba a maior parte dos estados da região, com exceção do Maranhão e do oeste baiano.
- A Região **Centro-Oeste** é a que apresenta áreas com menos frequência; os desastres se concentram apenas no Noroeste do Estado do Mato Grosso.
- No Sudeste do país, o Norte mineiro, o norte do Rio de Janeiro e, praticamente, todo o Estado do Espírito Santo, apresentam-se como áreas de maior

frequência de desastres.

- No **Sul** brasileiro, as maiores frequências abrangem o Sudoeste do Rio Grande do Sul e, praticamente, toda a extensão territorial do Estado de Santa Catarina.

Dentre os muitos e grandes desastres naturais da série histórica nacional, destacam-se os apresentados na alinha do tempo a seguir.

#### Linha do tempo - Alguns desastres relevantes no Brasil:

Estado	Nordeste CE	SP Caraguata-tuba	GO Goiânia	SC 74 municípios	PE 67 municípios	AL 20 municípios	RJ- R. Serrana 7 municípios	MG Mariana
Desastre/ Magnitude	seca	desliza- mento	Acid. Césio-137	Chuvas/ desliz	inundações	inundações	deslizamentos	Rompimento Barragem
Linha Do Tempo								
Ano	1877-79	1967	1987	2008	2010	2010	2011	2015
Danos	500mil mortos CE +fetado c/ 113mil êxodo rural	436 mortos	4 mortos 129 contamin. 1000 afet	110 mortos 429mil afet	20 mortos 740mil afet 86.464 desal 19.520 desab	36 mortos 269 mil afet 44 mil desal 28.500 desab	905 mortos + 300 mil a fet	18 mortos 644 desab 716 desal

#### Exercício 1

Caro Participante,  
Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

*Desastres naturais no mundo, no brasil e no seu município*

Registre na Linha do Tempo a seguir, os desastres mais significativos no seu Estado e no seu Município.

3. Distribua post-it para cada um preencher os campos da tabela e cola-los nos cartazes (10 minutos).

4. Depois faça uma consolidação e comente o resultado. Nesse contexto, quais são os principais tipos de desastres que ocorrem? Quais os principais danos e quem são os mais vulneráveis (05 minutos)?

5. De tempo 05 minutos para os cursistas anotarem e consolidarem a resposta na apostila

Apostila do Aluno: Página 20

#### Orientações ao instrutor

Tempo Total Sugerido: 30 min

1. Prepare um cartaz com a linha do tempo.
2. Dê 10 minutos para cada Agente colocar, na linha do tempo de sua apostila, 05 desastres significativos e porque sãos significativos, apontando **o ano, o desastre e os danos**.

Comentário:

Os desastres não respeitam fronteiras. É importante conhecer o histórico dos desastres no seu município, pois eles indicam a tipologia de desastres prevalente. Os principais desastres ficam na memória coletiva, mas é importante registrar tanto os riscos como os desastres, informação que subsidia a gestão de riscos de desastres.

## 1. Introdução

---

Unidade Federativa:			
Desastre / Magnitude			Linha do Tempo
	Ano		
Danos			
Município:			
Desastre / Magnitude			Linha do Tempo
	Ano		
Danos			



**Figura 4.** Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil.  
Fonte: Elaboração SEDEC/MI, 2017.

#### 1.4. Resposta a desastres no ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), aprovada pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, estabelece que a proteção e defesa civil abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Ações de Resposta são medidas emergenciais, realizadas durante ou após o desastre, que visam ao socorro e à assistência da população atingida e ao retorno dos serviços essenciais. Corresponde ao socorro e assistência aos afetados e ainda ao restabelecimento dos serviços essenciais, que é de competência primeira do município (Art. 8º, da Lei nº 12.608, de 2012).

Cabe ao órgão municipal de proteção e defesa civil estar preparado para atuar na ocorrência de desastre.

Considerando que a resposta a desastres corresponde a diversas atividades setoriais executadas pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) em nível local, cabe ao órgão municipal de proteção e defesa civil mobilizar e coordenar todos esses órgãos, entidades privadas, comunitárias, voluntárias e sociedade em geral para minimizar os danos e perdas provocadas pelo desastre

**Exercício 2**

Caro Participante,  
 Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:  
**Ações de resposta de competência do município**  
 Individualmente, marque com um “X”, dentre as competências legais do município, previstas na Lei 12.608, aquelas que estão diretamente relacionadas à Resposta a Desastre:

**Orientações ao instrutor:**

**Atenção: a aula sobre a as competencias municipais quanto a resposta ao desastre será exposta ao longo da explicação do exercício.**

Tempo total sugerido: 30 min

A lei federal nº 12.608, De 10.04.2012 Estabelece as competências dos 3 níveis de governo. O art.6º estabelece as competências da união, o art. 7º as competências dos estados, e o art. 8º dos municípios.

1. Dê 15 minutos para os agentes cursistas lerem e assinalarem as competências diretamente relacionadas com a resposta a desastres.
2. Em seguida, comente sobre cada uma dessas competências municipais. (10 Min)

Apostila do aluno: página 22

**Ações de Proteção e Defesa Civil em nível municipal****Resposta a Desastres**

Art. 8º Compete aos municípios:	
I - executar a PNPDEC em âmbito local;	X
II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;	X
III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;	
IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;	
V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;	
VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;	X
VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;	
VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;	X
IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;	
X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;	
XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;	
XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;	X
XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;	X
XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no município;	X
XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e	
XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.	X

Você conhece a legislação de proteção e defesa civil do seu município?

### 1.5. Conceituação relacionada a desastres

Para a conceituação relacionada à proteção e defesa civil recomendamos consultar:

a) Referências em nível nacional:

- Decreto Federal nº 7.257, de 10.08.2010
- Instrução Normativa - IN/MI nº 2, de 20.12.2016
- Lei Federal nº 12.608, de 10.04.2012, Art. 1 .....

Parágrafo único. As definições técnicas para aplicação desta Lei serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.

b) Referências em nível internacional:

- 2009 UNISDR - Terminology Disaster Risk Prevention (Marco de Sendai: revisar e atualizar terminologia de RRD)

A conceituação é útil, mas não deve ser obstáculo para a atuação entre Agentes e instituições, além de possibilitar um entendimento comum e apontar uma fundamentação teórica para a atuação em Proteção e Defesa Civil.

Assim, destacamos os conceitos mais empregados na prática:

### Exercício 3

Caro Participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

*Termo + conceito*

Ligue os termos da primeira coluna aos conceitos correspondentes da segunda coluna.

Veja a seguir.

### Orientações ao instrutor

Tempo Total Sugerido: 20min a 40 min

De 20 minutos para os participantes liguem o termo ao conceito.

2. Corrija, faça os comentários e explique as dúvidas.

*Sugestão de atividade:*

1 – Prepare previamente Papeletas (peças de encaixe) com os termos da tabela abaixo e suas respectivas definições.

2 - Distribua dois tipos de papeletas: de uma cor papeletas com os conceitos, e de outra cor papeletas com as definições, de forma que elas se encaixem, tipo quebra-cabeça. (10 min)

3 - Peça para que a turma faça a correlação entre as papeletas, e ao final utilize os comentários e dúvidas para reforçar o conteúdo. (10 min)

*Apostila do Aluno: Página 23*

Há várias conceituações, por isso recomendamos, sempre que mencionar um conceito, citar o autor ou a fonte. Por isso existem os glossários e legislação que estabelecem conceitos. Exemplo desse entendimento: Lei Federal nº 12.608/2012, Art.1º, Parágrafo único. As definições técnicas para aplicação desta Lei serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.

<b>Termo</b>	<b>Conceito</b>
1. Desastre	Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo <u>parcialmente</u> sua capacidade de resposta.
2. Dano	Medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial de um determinado bem, em circunstâncias de desastre.
3. Prejuízo	Resultado das perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas, como consequência de um desastre.
4. Resposta a desastres	Conjunto de ações de socorro e assistência aos afetados por desastres e de restabelecimento dos serviços essenciais.
5. Situação de emergência (SE)	Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo <u>substancialmente</u> sua capacidade de resposta.
6. Estado de calamidade pública (ECP)	Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excedem a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios.
7. Ameaça	É a probabilidade de ocorrência de um desastre.
8. Vulnerabilidade	Habilidade de um sistema, comunidade ou sociedade, expostos a uma ameaça, para resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se de seus efeitos de maneira eficaz e oportunamente, o que inclui a preservação e a restauração de suas estruturas e funções básicas.
9. Risco	Condições resultantes de fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade aos impactos de ameaças. Há diversas dimensões: socioeconômica, cultural, ambiental, educacional, etc.
10. Resiliência	Um evento físico, um fenômeno ou uma atividade humana potencialmente prejudicial, capaz de causar perda de vidas humanas, lesões, danos à propriedade, perturbação social e econômica ou degradação ambiental.
11. Recursos	Conjunto de bens materiais, humanos, institucionais e financeiros utilizáveis em caso de desastre e necessários para o restabelecimento da normalidade.

## 1.6. Leituras complementares

---

- BRASIL. **Decreto Federal nº 7.257**, de 05.08.2010, que regulamenta a MProv no 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre.
- BRASIL. **Instrução Normativa IN 02/MI, de 20.12.2016**, estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei Federal nº 12.608, de 10.04.2012**, institui a PNPDEC e dispõe sobre o SINPDEC e o CONPDEC.
- CEPED UFSC. **Atlas brasileiro de desastres naturais**: volume Brasil. Florianópolis, 2012. Acesso em outubro de 2014. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev.pdf>
- CRED. Centre of Research on the Epidemiology of Disaster. The Human cost of natural Disasters-2015. **A global perspective**. Brussels. Belgium.2015
- **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030**. Sendai, Japan: United Nations Office for Disaster Risk Reduction, 2015b. Disponível em: [http://www.preventionweb.net/files/43291\\_sendaiframeworkfordrren.pdf](http://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf)
- UNISDR. **UNISDR 2009 Terminology on Disaster Risk Reduction**. Geneva, Switzerland: United Nations International Strategy for Disaster Reduction (UNISDR), 2009.

## 2. Gestão de Desastres

---

**Sugestão plano de aula**

Orientações ao instrutor

Estude o conteúdo do Livro Base para preparar sua aula. O conteúdo da Apostila orienta para os pontos principais e a sequência entre os 5 períodos do curso (manhã / tarde), mas havendo tempo não deixe de abordar outras questões do Livro Base.

Esta unidade tem um total de 4hs, sendo 3h concretas de aula, divididas entre: exposição (40 min) e prática (3h20 min). A unidade 2 possui 4 propostas de exercícios prático:

Ex. 4 – 40 min

Ex. 5 – 40 min

Ex. 6 - 40 min

Ex. 7 - 40 min

Total: 3h20

Mas lembre-se que sua expositiva e a prática estão mescladas.

Sempre que possível, busque exemplos práticos da realidade do Estado e dos Municípios que estão sendo capacitados, de maneira a tornar o curso mais interessante e mais adequado à realidade local.

**Resposta**

Tema central: Gestão de Desastres

Carga Horária: 1 período (4 horas – 3hs/aula)

Instrutor:

Data:

Unidade: 2

Objetivos específicos	Conteúdos trabalhados	Procedimentos	Recursos necessários
1. Compreender a gestão de desastres 2. Identificar os procedimentos necessários para Resposta 3. Identificar as ações próprias de ações a desastres.	1. Ações de Resposta a Desastres (Ex.4) 2. Preparação para Resposta a Desastres no Nível Local (Ex.5) 3. S2ID (Ex. 6) 4. Principais Questões Recorrentes na Resposta a Desastres (Ex. 7)	1. Atividade de Integração 2. Exposição de Slides (Conteúdo) 3. Atividades de 4 a 7	Computador Projetor, Flip-chart /Quadro ou Cartolina Canetões ou Giz Folha A4 e canetas

Avaliação Continuada:

Participação nos Debates

Exercício em Grupo (Anotações na Apostila e Debate Aberto)

Referências suplementares:

Lei Federal nº 12.340, de 2010, alterada pela Lei Federal nº12.983, de 2014.

Decreto Federal nº 7.257, de 2010.

Portaria SEDEC/MI nº 384, de 2014.

Decreto Federal nº 7.983, de 2013.

Portaria SEDEC/MI nº 122 - , de 6 de maio de 2016

Observações:

Levar anotações dos Estudos do Livro Base - Unidade II

Preparar as atividades de 4 a 7



**Figura 9.** Abrigo provisório organizado com barracas da defesa civil, Porto Velho/RO, 2014.  
Fonte: SEDEC/MI.

## Objetivo

Compreender gestão de desastres, os procedimentos e as ações próprias de resposta a desastres.

Aprofunde seu estudo no Livro Base, Capítulo 3.

Como citado anteriormente, as ações de proteção e defesa civil compreendem cinco aspectos: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. A gestão de desastre compreende o planejamento, a coordenação e a execução das ações de resposta e de recuperação. Neste material trataremos das ações de resposta.

Neste capítulo, apresenta-se uma orientação geral e prática para a Gestão de Desastres em nível local, estratégia reconhecida internacionalmente como fator decisivo para uma resposta rápida e efetiva na atenção pós-desastre.

Com esse propósito, ainda que o desastre seja imprevisto, o seu gerenciamento não deve ser impro-

visado. Sendo assim, antes de pensar em Gestão de Desastres: Para isso, cabe ao Agente de Proteção e Defesa Civil tomar decisões, adotar protocolos, padrões e ações estabelecidas em planos de preparação e de contingência, antecipadamente desenvolvidos para o tipo de desastre e características da localidade.

Cada etapa no gerenciamento de desastre conta com ações específicas e com métodos de trabalho previamente definidos, existindo uma estreita relação entre elas. Cada uma dessas ações é diferenciada do ponto de vista da administração, incluindo a execução de medidas estruturais e não estruturais no processo de gestão.

### 2.1. Ações de resposta a desastres

Das ações típicas de resposta a desastres, as de socorro e as de assistência humanitária aos afetados são, as primeiras a serem realizadas após a ocorrência



**Figura 5.** As principais ações de resposta: Socorro aos afetados, assistência às vítimas e Restabelecimento dos serviços essenciais.  
Fonte: Elaboração SEDEC/MI, 2017.

do desastre. Seguem-se as de restabelecimento dos serviços essenciais, que garantam condições mínimas de segurança e habitabilidade nas áreas afetadas pelos desastres, que permitam o retorno da normalidade para a população afetada.

Dentre as ações de resposta a desastres, as de socorro e de assistência às vítimas, são as primeiras a serem realizadas pelo município após a ocorrência do desastre. Devem ser complementadas com as de restabelecimento dos serviços essenciais, que garantam condições mínimas de segurança e habitabilidade nas áreas atingidas pelos desastres e que permitam o retorno da normalidade para a população afetada.

Essas ações de resposta a desastres podem levar horas, dias, semanas e até meses dependendo da intensidade do impacto do desastre e da capacidade local para o enfrentamento do evento, para garantir o atendimento das demandas emergenciais.

Recomendamos consultar a Carta Humanitária e as Normas Mínimas para a Resposta Humanitária. Publicação em português de Portugal. Disponível em: <http://forumsnlp.org/images/stories/restrito/sphere/spherept.pdf>. A carta Humanitária é uma referência internacional sobre resposta a desastres.

#### Exercício 4

Caro Participante,  
Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

##### Ações de resposta

Separar as papeletas entregues por seu instrutor nos cartazes de: Principais ações de socorro aos afetados, principais ações de assistência aos afetados e principais ações de restabelecimento dos serviços essenciais. Depois registre na tabela a seguir.

#### Orientações ao instrutor

Tempo Total Sugerido: 40 min

2. Prepare (antecipadamente) fichas com cada uma das ações de resposta detalhadas no quadro abaixo e distribua aleatoriamente as fichas aos agentes.
  3. Peça para cada um se levantar e colocar a(s) sua(s) ação(ões) nos respectivos cartazes das Ações de Resposta a Desastres (05 min) pré-preparados e colados na parede.
  4. Ao final, comente com a turma sobre essas ações e suas respectivas categorias, corrigindo eventuais equívocos.
  5. Dê mais 5 minutos para os Agentes preencherem o quadro da apostila.
- Apostila do Aluno: Página 28

**A resposta a desastres é compreendida pelas seguintes ações:**

Principais ações de socorro aos afetados (Preservar a integridade física)	Principais ações de assistência aos afetados (Restaurar e manter condições dignas)	Principais ações de restabelecimento dos serviços essenciais (Restabelecer condições de segurança e habitabilidade)
Assistência médica para a população afetada.	Abrigo das pessoas s/ condições próprias de habitação.	Construção de acessos públicos alternativos.
Atendimento médico-cirúrgico emergencial.	Alojamento temporário;	Desinfecção e desinfestação dos cenários de desastres.
Atendimento pré-hospitalar.	Aluguel social temporário.	Desmontagem de edificações comprometidas;
Busca de desaparecido	Assistência psicológica.	Limpeza e descontaminação de edificações e instalações.
Comunicação de alerta e alarmes para a população	Assistência religiosa.	Mutirão de recuperação das unidades habitacionais
Evacuação da população da área atingida.	Distribuição de água potável, de alimentação.	Recuperação emergencial de acessos públicos e obras de artes danificadas e/ ou destruídas.
Primeiros socorros	Manejo de cadáveres.	Regularização de serviços básicos de educação e transporte coletivo.
Resgate de salvamento de pessoas afetadas.	Promoção de ações de saúde e higiene pessoal.	Remoção de escombros e desobstrução de vias de acesso.
Triagem para socorro de múltiplas vítimas	Promoção de segurança pública.	Restabelecimento da oferta de alimentação.
Todas as demais ações para assegurar a integridade física dos afetados.	Todas as demais atividades logísticas e assistenciais até que se restabeleça a situação de normalidade.	Restabelecimento do fornecimento de água potável;
		Restabelecimento do fornecimento de energia elétrica.
		Restabelecimento do serviço de saúde.
		Restabelecimento dos sistemas de comunicação.
		Sepultamento de pessoas e animais.
		Tratamento emergencial e destinação de resíduos sólidos.
		Vistoria técnica às estruturas atingidas, emissão de laudos técnicos;
		Todas as demais ações para regularizar os serviços essenciais atingidos.
		É também na etapa de reabilitação que se procede a avaliação preliminar dos danos e de prejuízos causados, informação que será útil para planejar a reconstrução.

## 2.2. Preparação para resposta a desastres no nível local

A preparação para resposta se realiza na normalidade, com a organização do próprio COMPDEC e elaboração do Plano de Contingência. Confira o que a COMPDEC do seu município já vem implementando. O Capítulo será ministrado ao longo do exercício abaixo. Para detalhes, leia o Capítulo 3.2 do livro base.

### Exercício 5

Caro Participante,  
Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

#### Preparação para resposta a desastre

Após a explicação do instrutor sobre cada atividade de preparação para resposta no quadro abaixo, participe respondendo a situação real do seu município. Este exercício o ajudará a fazer um diagnóstico quanto a preparação de seu município.

### Orientações ao instrutor

Tempo Total Sugerido: 40 min

Atenção: a aula sobre a preparação para resposta ao desastre será exposta ao longo da explicação do exercício.

1. A medida que você for explicando cada uma destas etapas de preparação para resposta, de aos alunos 01 minuto para responder ao questionário e avaliarem as condições atuais da gestão de proteção e defesa civil.
2. Ao final, discuta com a turma as principais dificuldades. O seu município está preparado? O que fazer para prepará-lo?

Apostila do Aluno: Página 30

- Reconhecimento federal de SE ou ECP e
- Solicitação de apoio do governo federal para resposta a desastres.

Todas as solicitações de apoio ao governo federal para resposta a desastres serão encaminhadas exclusivamente pelo sistema informatizado, denominado de Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID).

Objetivos e produtos do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID):

- Qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil;
- Informatizar processos e disponibilizar informações sistematizadas dessa gestão.



- » Cadastrar o usuário ao acesso restrito;
- » Registrar o desastre;
- » Solicitar o reconhecimento federal de SE e ECP;
- » Solicitar apoio federal para resposta a desastre (em andamento).

## 2.3. Sobre o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID

O Sistema S2ID é uma ferramenta desenvolvida pela SEDEC/MI, disponibilizada aos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil –SINPDEC, que agiliza e dá transparência aos processos de comunicação entre a SEDEC e os estados e municípios com relação à ocorrência de desastres. O uso desse sistema é muito importante, pois ele é o único meio para:

<b>Preparação para resposta a desastres no nível local</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Observação</b>
Estabelecimento do Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) estruturado (Tão importante quanto a sua criação é a sua organização e atuação permanente).			
Previsão orçamentária e financeira para proteção e defesa civil, com inclusão no Orçamento Geral do Município (OGM) (considerando as necessidades para resposta a desastres).			
Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC): cadastro e abertura da conta corrente específica.			
Capacitação dos Agentes de Proteção e Defesa Civil: capacitação continuada para todos os níveis.			
Cadastro no S2ID			
Identificação e catalogação de recursos: recursos: ideal é que se tenha uma estratégia para viabilizar a pronta assistência humanitária para o primeiro atendimento.			
Recursos operacionais no SINPDEC (recursos humanos e materiais disponíveis e mobilizáveis no âmbito do SINPDEC, tais como: corpos de bombeiros, polícia militar, instituições das áreas setoriais, empresas privadas, associações comunitárias, ONGs, entre outros).			
Predefinição de abrigos provisórios (o abrigo deve estar localizado em uma área segura, não suscetível a ameaças e riscos).			
Capacidade de atendimento hospitalar (nº de vagas e especialidades).			
Outros recursos a serem cadastrados e preparados (recursos logísticos de apoio, como alimentação, estrutura para descanso, incluindo parcerias com hotéis, pousadas, quartéis e montagem de barracas).			
Cadastramento e capacitação de voluntários: cadastrar, capacitar, mobilizar e acompanhar a execução dos trabalhos.			
Monitoramento, alerta e alarme: Comunicação de "Alerta" (telefonema, mensagem por SMS, e-mail e uso da imprensa) para avisar órgãos, entidades e população sobre o risco da ocorrência de um desastre. Comunicação de "Alarme" ante grande possibilidade de ocorrer um desastre. (ex: sirenes de alta potência que podem ser ouvidas por uma comunidade inteira).			
Planos de Contingências: desenvolvidos e simulados para as principais hipóteses de desastres – a SEDEC fornece material e capacitação específica para o tema.			

### Exercício 6

Caro Participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

*S2ID*

Preencha o quadro abaixo: Você já é cadastrado? Quem é o responsável no seu município?

#### Orientações ao instrutor:

Tempo Total Sugerido: 40 min

1. Se possível, obtenha conexão com a Internet, acesse o S2ID e identifique as suas funcionalidades.
2. Identifique se tem algum Agente na turma que é cadastrado e peça a ele(s) para contar(em) sua(s) experiência(s). Você que é cadastrado está alimentando os desastres, mesmo que não seja SE ou ECP?
3. Atualmente, o sistema S2ID disponibiliza as seguintes funcionalidades:
  - registro de desastres
  - solicitação e reconhecimento federal de SE ou ECP
  - Plano de Contingencia.
4. Mas a SEDEC/MI está desenvolvendo outras funcionalidades do S2ID, consulte sempre o site.
5. Dê 10 minutos para os Agentes cursistas indicarem os passos para se cadastrar.

Apostila do Aluno: Página 31

Para se cadastrar como usuário	Funcionalidades do sistema
<b>Passo 1</b>	1. O Prefeito Municipal, mediante Ofício, indica o seu representante e informa seus dados, solicitando o cadastramento para credenciá-lo como usuário com “acesso restrito” do S2ID.
<b>Passo 2</b>	2. Acesse o sistema S2ID: <a href="https://s2id.mi.gov.br/">https://s2id.mi.gov.br/</a> e solicite a senha para o “acesso restrito”, incluindo o Ofício de sua indicação. 
<b>Passo 3</b>	3. Com essa senha informada via e-mail, o usuário cadastrado acessa o S2ID e opera as suas funcionalidades. E-mail: Senha: 

## 2.4. Principais questões recorrentes na resposta a desastres

Numa situação de desastre, é importante atentar sobre questões clássicas que sempre geram problemas, mas há importantes recomendações técnicas que são valiosas para os Agentes públicos de Proteção e Defesa Civil, principalmente em nível municipal:

- Comunicação de riscos e desastres
- Acionamento e coordenação dos órgãos envolvidos
- Materiais de assistência humanitária – Kits e estoques
- Campanhas de arrecadação para ajuda humanitária
- Gerenciamento de abrigos temporários
- Ações de atendimento aos afetados de maior vulnerabilidade
- Aspectos psicológicos

### Exercício 7

Caro Participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

#### *Doações uma das questões recorrentes*

Considerando que a questão é recorrente, cabe conhecer e analisar as soluções que vêm sendo adotadas por outros órgãos de proteção e defesa civil. Vale a pena conhecer os protocolos existentes, em nível nacional e internacional.

Qual a importância das questões recorrentes na gestão da proteção e defesa civil no seu município?

A turma será dividida em 4 grupos:

GRUPO 1: COMPDEC.

GRUPO 2: associação de empresários doadores.

GRUPO 3: membros de uma ONG.

GRUPO 4: cidadãos doadores

Em seguida os grupos 2, 3 e 4 farão um esboço de planejamento de doações diante de um determinado desastre:

- O que doar
- Quantidade

- Para onde destinar a Doação

Em seguida os grupos apresentarão a proposta para o Grupo 1.

Abre-se para debate.

### Orientações ao instrutor

Tempo total sugerido: 40 min

1. Divida a turma em quatro grupos:

GRUPO 1: COMPDEC.

GRUPO 2: associação de empresários doadores.

GRUPO 3: membros de uma ONG.

GRUPO 4: cidadãos doadores.

2. Peça aos Grupos 2, 3 e 4 que simulem como esses grupos se organizam e fazem as doações, apresentando os problemas mais comuns.

3. Peça ao Grupo 1 que apresente as principais dificuldades vivenciadas pela COMPDEC e formule diretrizes para a gestão das doações.

4. Dê um tempo de 25 minutos para as consultas ao Livro-Base, aos sites de busca na Internet e à legislação pertinente.

5. Peça a cada grupo que apresente o resultado para a turma (até 05 minutos para cada grupo).

6. Faça os comentários, recomendando a leitura desse tema, que está contemplado no ANEXO D - Leituras complementares do Livro-Base do Módulo - Resposta.

Comente sobre:

"Cabe ao órgão de proteção e defesa civil orientar os doadores, sobre bens a serem doados:

1. Doe apenas o que é solicitado.

2. Doe itens em boas condições de uso.

3. Doe itens apropriados para a situação.

4. Doe somente o que Você usaria.

5. Não se trata de descarte de bens inservíveis."

7. Dê tempo de 5 minutos para os Agentes cursistas anotarem na apostila, o resultado.

Apostila do Aluno: Página 32

## 2.5. Leituras complementares

- BRASIL. **Decreto Federal nº 7.257, de 05.08.2010**, que regulamenta a MProv no 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre.

Faça suas anotações

---

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Comunicação de riscos e de desastres.** Curso a distância /Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. 183 p.
- BRASIL. **Portaria MI nº 025, de 13.01.2013**, que estabelece a data inicial de obrigatoriedade do uso do S2ID.
- BRASIL. **Portaria MI nº 037, de 01.02.2012**, que altera a Port. 607/2011.
- BRASIL. **Portaria MI nº 274, de 04.07.2013**, que altera a Port. 607/2011.
- BRASIL. **Portaria MI nº 526, de 06.09.2012**, que estabelece procedimentos para solicitar reconhecimento SE ou ECP pelo sistema S2ID.
- BRASIL. **Portaria MI nº 607, de 19.08.2011**, que regula o uso do CPDC.
- BRASIL. **Protocolo Nacional conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres.** Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Disponível em: [http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=f20e67f6-d0c6-4736-afc4-28863dd22dcc&groupId=81019](http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=f20e67f6-d0c6-4736-afc4-28863dd22dcc&groupId=81019)
- BRASIL. **Saiba como agir em caso de enchentes - Abrigos.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. Brasília/DF.2014
- BRASIL. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID.** Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), do Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://s2id.mi.gov.br/>
- CBVE. **Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial.** Voluntariado Empresarial -do conceito à prática. Disponível em: [file:///D:/Downloads/281120132632\\_voluntariadoempresarialdoconceitoapratica\\_cbve%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/281120132632_voluntariadoempresarialdoconceitoapratica_cbve%20(1).pdf)
- COREN. **Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal.** Orientações para doação em caso de desastres. Disponível em: <http://www.coren-df.gov.br/site/orientacoes-para-doacao-em-caso-de-desastres/>
- COSTA, S. R. A. et al. **Cadeia de suprimentos humanitária: uma análise dos processos de atuação em desastres naturais.** Production, v. 25, n. 4, p. 876-893, out./dez. 2015. Rio de Janeiro/RJ, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v25n4/0103-6513-prod-0103-6513147513.pdf>.
- CVBB. Cruz Vermelha Brasileira. Voluntariado em situação de Desastres. Disponível em: <http://www.cvbb.org.br/voluntariado/>
- Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secreta-

ria de Estado da Defesa Civil. Subsecretaria Adjunta de Operações. Instituto Tecnológico de Defesa Civil. Escola de Defesa Civil. Administração para **Abrigos Provisórios**. 1ª edição. Secretaria de Estado da Defesa Civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SEDEC/RJ. 2006. 244 pág.

- MS. Ministério da Saúde. **Orientações para prevenção de acidentes por animais peçonhentos pós-enchentes**. Disponível em: <http://portalsauda.saude.gov.br/images/pdf/2015/julho/20/Folder-orienta---o-animais-pe--onhentos-em-ca-so-de-enchentes.pdf>
- OPAS. Organización Panamericana de la Salud. **Asistencia humanitaria en caso de desastres Guía para proveer ayuda eficaz**. Programa de Preparativos para Situaciones de Emergencia y Coordinación del Socorro en Casos de Desastre, OPS/OMS. Disponível em: <file:///D:/Downloads/pedhumes.pdf>.
- SANTOS, Rúbia dos. **Gestão de desastres e política de assistência social**. Departamento de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB. Florianópolis/SC, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a03v15n1.pdf>.
- SESC. Manual do Voluntário: Mesa Brasil SESC/ Cláudia Márcia Santos Barros (coordenação). - Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007. Disponível em: [2007.http://www.sesc.com.br/me-sabrasil/cartilhas/Manual\\_Voluntario.pdf](http://www.sesc.com.br/me-sabrasil/cartilhas/Manual_Voluntario.pdf)
- VOS. Voluntários Organizados e Solidários. Manual Administração de Abrigos Temporários. Disponível em: <http://construindocomunidadesresilientes.blogspot.com.br/2014/01/como-os-abrigos-temporarios-sao-uteis.html>.
- WORLD ANIMAL PROTECTION. **Plano de Emergência para animais**. Disponível em: <http://www.worldanimalprotection.org.br/nosso-trabalho/animais-em-situacoes-de-desastre/prepare-seu-plano-de-emergencia>
- WSPA. World Society for the Protection of Animals. **Intervenções de Resposta e Gerenciamento de Risco**. Animais em Desastres. M. V. Rosângela Ribeiro. Gerente de Programas Veterinários. WSPA Brasil. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/paulopjc/wspa-animais-em-desastres>.

- OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Curso de Autoaprendizaje Comunicación de Riesgos**. Disponível em: <http://www.cepis.org.pe/cursocr/e/index.php>.



### **3. Aspectos Administrativos e Gestão de Recursos Federais Destinados à Resposta**

---

### **Sugestão plano de aula**

Estude o conteúdo do Livro Base para preparar sua aula. O conteúdo da Apostila orienta para os pontos principais e a sequência entre os 5 períodos do curso (manhã / tarde), mas havendo tempo não deixe de abordar outras questões do Livro Base.

Esta unidade tem um total de 12hs, sendo 11h concretas de aula, divididas entre: exposição (5h50min), prática (5h10min) e avaliação/encerramento (1h). A unidade 1 possui 3 propostas de exercícios prático:

Ex. 8 – 1h20min

Ex. 9 – 1h

Ex. 10 - 1h

Ex. 11 - 50 min

Ex. 12 – 1h

Total: 5h10min

Mas lembre-se que sua expositiva e a prática estão mescladas.

Sempre que possível, busque exemplos práticos da realidade do Estado e dos Municípios que estão sendo capacitados, de maneira a tornar o curso mais interessante e mais adequado à realidade local.

### **Resposta**

---

Tema central: aspectos administrativos e gestão de recursos federais destinados à resposta

---

Carga Horária: 3 períodos (12 horas – 11hs/aula)

---

Instrutor:

Data:	Unidade: 3
-------	------------

---

Objetivos específicos	Conteúdos trabalhados	Procedimentos	Recursos necessários
1. Compreender o ciclo da gestão administrativa de resposta a desastres 2. Compreender como os Recursos Federais são geridos dentro do ciclo de Resposta a Desastres 3. Compreender os conceitos e ações de Decretação, Homologação e Reconhecimento de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade 4. Compreender o papel dos Órgãos Setoriais na Resposta a Desastres	1. Decretação, Homologação e Reconhecimento de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade (Ex. 8, 9, 10 e 11) 2. Apoio do Governo Federal para Resposta a Desastres (Ex. 12) 3. CPDC	1. Atividade de Integração 2. Exposição de Slides (Conteúdo) 3. Exercícios 8 a 12	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Computador</li> <li>• Projetor,</li> <li>• Flip-chart /Quadro ou Cartolina</li> <li>• Canetões ou Giz</li> <li>• Folha A4 e canetas</li> </ul>

---

Avaliação Continuada:

Participação nos Debates

Exercício em Grupo (Anotações na Apostila e Debate Aberto)

---

Referências suplementares:

Observações:

Levar anotações dos Estudos do Livro Base referente ao conteúdo aqui abordado.

Estudar e ter domínio total da SITUAÇÃO HIPOTÉTICA nos exercícios da Unidade.

Ter impressa a Situação Hipotética com anotações pessoais

Preparar o relatório fotográfico

Ter FIDE, DMATE, PDR em mãos

---

## Objetivo

Compreender o ciclo completo da gestão administrativa e dos recursos federais para resposta a desastres e, ainda, saber como acessá-los.

Aprofunde seu estudo no Livro Base, Capítulo 3.

Quando o desastre ocorre, cabe ao município a primeira resposta ao desastre. Caso capacidade de resposta da Prefeitura Municipal não seja suficiente, assim como os governos do DF e dos estados precisarem de apoio complementar, podem recorrer ao governo federal para solicitar:

- Reconhecimento federal de SE ou ECP; e,
- Apoio do governo federal, financeiro e outros, para as ações de resposta a desastre.

Para isso, todos os entes federados – estados, DF e municípios devem, **previamente, independente de desastre, providenciar:**

1. Cadastro de usuário do Sistema S2ID
2. Abertura de conta corrente no Banco do Brasil
3. Cadastro do Cartão CPDC

### 3.1. Decretação (declaração), homologação e reconhecimento de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP)

#### 3.1.1. Critérios para caracterização de SE ou ECP

Conforme a IN 02/2016, para fins de reconhecimento

federal, os desastres podem ser classificados em **nível I**, **nível II** ou **nível III**, de acordo com a intensidade, conforme a capacidade de resposta local para restabelecer a normalidade, conforme descrito a seguir:

**DESASTRES DE NÍVEL I:** aqueles em que há somente danos humanos consideráveis e que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais e ensejam a decretação de situação de emergência.

**DESASTRES NÍVEL II:** aqueles em que os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais e ensejam a decretação de situação de emergência.

Os desastres de **nível II** são caracterizados pela ocorrência de ao menos dois (02) danos, sendo um deles obrigatoriamente danos humanos que importe no prejuízo econômico público ou no prejuízo econômico privado que afetem a capacidade do poder público local em responder e gerenciar a crise instalada;

**DESASTRES NÍVEL III:** aqueles em que os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e, em alguns casos, de ajuda de ajuda internacional.

Os desastres de **nível III** são caracterizados pela

concomitância na existência de óbitos, isolamento de população, interrupção de serviços essenciais, interdição ou destruição de unidades habitacionais, danificação ou destruição de instalações públicas prestadoras de serviços essenciais e obras de infraestrutura pública.

—

Quando flagrante a intensidade do desastre e seu impacto social, econômico e ambiental na região afetada, a SEDEC/MI, poderá reconhecer sumariamente a situação de emergência ou o estado de calamidade pública com base apenas no Requerimento e no Decreto do respectivo ente federado com o objetivo de acelerar as ações federais de resposta aos desastres.

Quando o reconhecimento for sumário as demais documentações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de publicação do reconhecimento.

—

### 3.1.2. Procedimentos para reconhecimento federal

---

A solicitação do reconhecimento federal de SE ou ECP se dará por meio do S2ID à SEDEC-MI e deverão ser providenciadas as seguintes documentações:

1. Ofício de Requerimento
2. Decreto (original ou cópia autenticada ou carimbo e assinatura de confere com original).
3. Formulário de Informações do Desastre (FIDE).
4. Declaração Municipal de Atuação Emergencial (DMATE) ou Declaração Estadual de Atuação Emergencial (DEATE).
5. Parecer do órgão municipal, distrital ou esta-

dual de Proteção e Defesa Civil).

6. Relatório fotográfico.
  7. Outros documentos ou registros que esclareçam ou ilustrem a ocorrência do desastre.
- 

O prazo para envio da documentação por meio do S2ID é de 15 dias após a data do desastre, para o caso de desastres súbitos e 20 dias após a decretação de SE ou ECP para os casos de desastres graduais. Em casos de envio após prazos estipulados – apresentar justificativa por meio do e-mail **cenad.crf@integracao.gov.br** ou de uma declaração anexada ao processo no S2ID, que será analisada pela Coordenação de Reconhecimento Federal CRF/CENAD.

—

**ATENÇÃO:** Para as ações de **socorro e assistência urgentes**, o reconhecimento pode ser posterior à ajuda prestada pelo Governo Federal, quando o desastre se enquadrar nos requisitos do reconhecimento (Lei Federal nº 12.983, de 02/06/2014);

Quando flagrante a intensidade do desastre e seu impacto social, econômico e ambiental na região atingida, a SEDEC/MI poderá reconhecer sumariamente a SE ou ECP com base apenas no requerimento e no decreto do ente afetado, sem prejuízo do envio da documentação completa no prazo máximo de 10 dias após o reconhecimento.

Modelos dos documentos – FIDE, DMATE, DEATE estão disponíveis no sítio eletrônico: <http://www.mi.gov.br/modelo-de-formularios>

Possíveis benefícios	Possíveis efeitos negativos
<ol style="list-style-type: none"><li>1. 'Transferência Obrigatória' de recursos federais</li><li>2. Garantia Safra.</li><li>3. Operação Carro Pipa.</li><li>4. Prioridade no Programa Água Para Todos.</li><li>5. Linha de Crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste</li><li>6. Programa BNDES - Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (BNDES PER).</li><li>7. Antecipação de benefícios.</li><li>8. Liberação de FGTS.</li><li>9. Redução da alíquota do Imposto sobre Propriedade Rural – ITR.</li><li>10. Prorrogação de financiamentos rurais com subsídio.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Redução de receita municipal/estadual, pela isenção de obrigações, inclusive de pagamento de impostos pelas pessoas físicas e jurídicas afetadas pelos desastres ou instaladas nos cenários dos desastres.</li><li>2. Cancelamento de investimentos com capital externo em setores produtivos.</li><li>3. Cancelamento de eventos de negócios, artísticos, esportivos e turísticos.</li><li>4. Negação de empréstimos bancários de requerentes residentes em área afetada.</li><li>5. Comprometimento da imagem dos municípios turísticos, com consequente prejuízo de cancelamento de pacotes turísticos.</li></ol>

### 3.1.3. Efeitos vinculados ao reconhecimento de SE ou ECP

A decretação de SE ou ECP gera efeitos na jurisdição do ente federado que emitiu os referidos atos legais. Assim, o decreto do Prefeito Municipal gera efeitos no âmbito da administração pública municipal, e na mesma lógica, o Decreto do Governador de Estado ou DF gera efeitos na administração pública estadual ou do DF, com medidas e procedimentos excepcionais no nível estadual ou no DF.

O reconhecimento federal de SE ou ECP observa os requisitos estabelecidos na IN/MI nº 2, de 2016. Dentre os benefícios concedidos pelos órgãos do governo federal, destacam-se:

Para tratar de aspectos relevantes da Resposta a Desastres no nível local, vamos considerar uma situação hipotética em um município fictício - FIDELÂNDIA. Essa situação hipotética será utilizada nas atividades nesta apostila.

Assim, a partir da atividade 8, todos os dados serão extraídos dessa situação-problema.

#### Situação hipotética no município fictício de Fidelândia/UF

Para a decretação/declaração de desastre, solicitação do Reconhecimento Federal e apoio complementar do governo federal, coube aos Agentes da COMPDEC avaliar a situação de desastre em conjunto com órgão setoriais, fundamentados em Relatórios, Laudos e Declarações.

1. O Município de FIDELÂNDIA, em Unidade da Federação-UF, possui um histórico de desastres de

origens hidrológica e geológica, sendo palco de desastres recorrentes pelas características da bacia hidrográfica do Rio Jordão que banha seu território e corta a cidade, assim como os e córregos Alfa e Beta. O relevo do município é bem acidentado. População urbana: 75.912 (sendo 912 no Distrito de Cruzeiro, e na zona rural: 18.978 pessoas.

2. O Município de FIDELÂNDIA/UF apresenta os seguintes indicadores socioeconômicos:

- População de 94.890 habitantes, último Censo (IBGE, @cidades)
- Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>
- Índice de Desenvolvimento Humano - IDH = (0,576)
- Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>
- Produto Interno Bruto - PIB anual de R\$ 320.318.000,00
- Disponível em: Secretaria Estadual da Fazenda OU
- Posição em 2013: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>, selecionando o Estado, depois o município e em seguida "Informações estatísticas" e "Produto Interno Bruto dos Municípios"
- Orçamento anual de R\$ 342.345.000,00
- Disponível na Secretaria Municipal de Planejamento
- Arrecadação anual de R\$ 156.113.490,00
- Disponível na Secretaria Municipal da Fazenda
- Receita Corrente Líquida - RCL de R\$ 76.469.693,57 (total anual)

A RCL consta do Relatório Gestão Fiscal (RGF),

este disponível na Secretaria Municipal de Fazenda

- ou, [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/indicadores-fiscais-e-de-endividamento](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/indicadores-fiscais-e-de-endividamento)

3. FIDELÂNDIA/UF foi assolada por fortes chuvas na primeira semana de abril de 2016, do dia 1º a 6, sendo que as precipitações pluviométricas já acumularam um volume de 420mm, quando a média mensal para todo o mês de abril (30 anos de registros) é de 200mm. No dia 04/04, com uma vazão muito maior que a esperada, os dois rios transbordaram, registrando **enxurrada (COBRADE 12200)**, quando o Rio Jordão elevou o nível em 10 (DEZ) metros, aproximadamente, quando sua cota normal é de 1 metro, ocasionando transbordo do rio e dos córregos, causando **alagamentos (COBRADE 12300)** em diversos pontos da cidade, em vários bairros. O primeiro pedido de socorro aconteceu às 19:00h. O atendimento continuou nos dias seguintes, quando se registraram **deslizamentos (COBRADE 11321)** em diversos pontos da cidade (dias 4, 5 e 6/04).

4. Na **madrugada do dia 06/04**, os transtornos culminaram com a morte de cinco pessoas da mesma família numa casa atingida por soterramento às 5:30h, no **Bairro Alvorada**. O fato provocou grande comoção na população. Outras casas vizinhas foram desocupadas e duas pessoas com ferimentos graves e três feridas levemente foram atendidas no Hospital Municipal. As equipes de bombeiros civis e voluntários continuaram trabalhando na busca para localizar dez pessoas desaparecidas de duas famílias (duas casas soterradas). De madrugada, foi instalado o Posto de Comando do SCO– Sistema de Comando em Operações, na Praça da Matriz.

Na **Vila Planaltina**, a localidade mais afetada da área urbana, 260 pessoas tiveram que sair de suas casas danificadas (65), dentre essas, 200 necessitam de abrigo público e 60 acolhidos por familiares, apenas 20 precisam de assistência de alimentação e vestimentas, mas até o momento não receberam ajuda. Outros afetados: 150 famílias (912 pessoas) isoladas no **Distrito de Cruzeiro** pela queda da ponte que liga à Sede municipal, além de 5 casas destruídas. Além de 30 pacientes renais de todo o município e Distrito de Cruzeiro que faziam hemodiálise diariamente ou a cada dois dias no Centro de Saúde Municipal (Bairro Alvorada), que foi destruído por deslizamento. A única alternativa de tratamento disponível fica no município vizinho de Patópolis/UF a 150 km, e o município só

dispõe de uma van para 12 pessoas.

5. As zonas urbana e rural foram muito atingidas:

**Na zona urbana:** os bairros Centro, Alvorada e Planalto, Vila Esplanada, Vila Planaltina, e o Distrito de Cruzeiro. Os desastres afetaram 50% da população urbana, atingindo área residencial, comercial e área do distrito de Cruzeiro. Além de logradouros da periferia.

**Na zona rural:** a estrada vicinal que liga a Sede Municipal ao Distrito de Cruzeiro está intransitável (25 km) além da ponte destruída, deixando isoladas 912 pessoas dessa comunidade. As lavouras de café e banana foram significativamente comprometidas. As três pousadas de turismo rural foram atingidas ficando danificadas.

6. Os danos e prejuízos informados pelas equipes de avaliação foram registrados e fotografados. Dos LAUDOS/RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS SETORIAIS, em 06/04:

**Setor educação:** Das 12 escolas municipais (3.600 alunos), 9 foram danificadas (2500 alunos s/aulas): 5 urbanas, 1 no Distrito e 3 rurais. Apenas 3 urbanas servem como abrigos temporários (abrigam 180 pessoas).

**Setor saúde:** acesso interrompido ao Hospital Municipal de FIDELÂNDIA/DE pelos sedimentos carreados no deslizamento. Dois Centros de Saúde foram danificados e 1 destruído (atende hemodiálise), informando que a população deveria ser atendida no Hospital Municipal.

**Outros serviços:** No Centro da cidade, 15 lojas, 1 Supermercado Central e as 2 agências bancárias (Banco do Brasil e da Caixa) foram alagadas. Um centro comunitário danificado e a igreja com a estrutura comprometida não podem servir de abrigo.

**Prejuízos Públicos e Privados:** Indústria: R\$ 700mil (Iaticínio + pousada); Pecuária: R\$ 300mil Comércio: R\$ 80 mil; Agricultura: R\$ 800 mil; Serviços: R\$ 620 mil.

**Assistência médica, saúde pública, emergência médica:** Prejuízo de R\$ 1.250.000,00.

**Abast. de água potável:** R\$ 1.834.000,00 (ETA danificada e +20 da população prejudicada pela contaminação da água com esgoto); Águas pluviais e esgotos: Prejuízo de R\$ 1.085.000,00.

**Limpeza urbana, recolhim. e destinação lixo:** Prejuízo de R\$ 1.278.000,00. Na área urbana há esgoto e lixo depositados em quintais e vias públicas, contaminando os poços tubulares.

**Sistema de Desinf. Controle de pragas e vetores.**

Prejuízo de R\$ 300.000,00.

Geração e distribuição de energia elétrica: Prejuízo de R\$ 55.000,00.

Transporte locais, reg. e longo curso: Prejuízo de R\$ 1.820.000,00.

Distribuição de combustíveis, especialmente de uso doméstico: Prejuízo de R\$ 94.200,00.

Ensino: Prejuízo estimado de R\$ 1.082.000,00.

Danos Materiais: Infraestrutura: 1 ponte destruída (Sede do Distrito de Cruzeiro) e a ponte de acesso ao laticínio Milk (única indústria), deixando de processar 50 mil litros/dia, durante 4 dias.

Edificações: 3 casas destruídas (soterramento), 65 danificadas, 3 pousadas rurais danificadas.

Danos ambientais: Houve deslizamentos na APA Vereda.

7. Às 8:30h da manhã de 06/04, após o relato do Coordenador da COMPDEC sobre a grave situação e sem capacidade para atender as necessidades dos afetados, o Prefeito resolveu decretar SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA e convocar 140 voluntários treinados e servidores de outras secretarias para trabalharem sob a coordenação da COMPDEC (4 Agentes) e determinou ainda:

a) Aluguel mensal de 2 vans para fazer o transporte dos pacientes de hemodiálise para Patópolis.

b) distribuição de 15.000 m<sup>2</sup> de lonas plásticas (estoque da COMPDEC) para a proteção das encostas;

c) emprego das 20 máquinas/tratores da Prefeitura para desobstruir vias e logradouros;

d) distribuição de 160 cestas de alimentos estocadas para desalojados e famílias acolhedoras;

e) orientou à COMPDEC providenciar documentos p/solicitar o apoio complementar do gov. federal.

8. Da Defesa Civil Estadual recebemos 150 colchonetes, 150 cobertores e 50 kits de limpeza. Houve doações da população em geral, mas não estão contabilizadas.

9. Há falta de pessoal e materiais para ações operacionais. Ainda há muitas famílias sem atendimento, por falta do necessário. Há necessidade de alugar casas para 40 famílias (200 pessoas) que estão abrigadas temporariamente em 3 escolas. Pelos dados atualizados em 06/04, precisaria de, **pelo menos, mais 1.500 colchonetes e cobertores e 500 kits de limpeza, além de 2.000 cestas básicas e 1.000 engradados de água mineral.**

## Exercício 8

Caro Participante

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

*Preenchimento do fide*

O FIDE é um dos documentos obrigatórios para reconhecimento federal de SE ou ECP.

Mesmo que não seja solicitado o reconhecimento, a COMPDEC deve fazer o registro do desastre com as informações constante do FIDE, no sistema S2ID. É esse registro que possibilitará construir uma série histórica de desastre no seu município.

## Orientações ao instrutor

**Tempo total sugerido: 1h20**

1. Divida a turma em 04 grupos, pedindo que analisem as informações da situação hipotética, consultando o Livro-Base quando necessário, e preencham o FIDE.

2. Faça a leitura da situação hipotética para toda a turma, pedindo que cada Agente leia um dos itens. (20 min)

3. Dê tempo de 50 minutos para o preenchimento do FIDE.

4. Peça para cada grupo apresentar 01 dos seguintes campos do FIDE (05 minutos por grupo):

1 a 4 / 5 / 6 || 7 a 9

Corrija, faça os comentários e explique as dúvidas (10 minutos).

Apostila do Aluno: Página 41

3. Aspectos administrativos e Gestão de Recursos Federais destinados à Resposta

---

**Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC**



Formulário de Informações do Desastre – FIDE

**1. Identificação**

UF: UF	Município: FIDELÂNDIA		
População (Habitantes): 94.890	PIB (Anual): R\$ 320.318.000,00	Orçamento (Anual): R\$ 342.345.000,00	Arrecadação (Anual): R\$ 156.113.490

Receita Corrente Líquida – RCL

Total Anual: R\$ 76.469.693,57	Média Mensal: R\$ 6.372.474,46
--------------------------------	--------------------------------

**Protocolo nº**

**2. Tipificação**

**3. Data de Ocorrência**

COBRADE	Denominação (Tipo ou Subtipo)	Dia	Mês	Ano	Horário
1.3.2.1.4	CHUVAS INTENSAS	06	04	2016	08:30

4. Área Afetada/Tipo de Ocupação	Não existe/ Não afetada	Urbana	Rural	Urbana e rural
----------------------------------	----------------------------	--------	-------	----------------

Residencial				X
Comercial		X		
Industrial (Laticínio Milk)		X		
Agrícola (lavoura de café e banana)			X	
Pecuária (produção de leite por uma semana)			X	
Extrativismo Vegetal	X			
Reserva Florestal ou APA (APA Vereda)			X	
Mineração	X			
Turismo e Outras (3 pousadas turismo rural)			X	

Descrição das Áreas Afetadas (Especificar se Urbana e/ou Rural):

Na zona urbana: os bairros Centro, Alvorada e Planalto, Vila Esplanada, Vila Planaltina, e o Distrito de Cruzeiro. Os desastres afetaram 50% da população urbana, atingindo área residencial, comercial e área do distrito de Cruzeiro. Além de logradouros da periferia.

Na zona rural: a estrada vicinal que liga a Sede Municipal ao Distrito de Cruzeiro está intransitável (25 km) além da ponte destruída, deixando isoladas 912 pessoas dessa comunidade. As lavouras de café e banana foram significativamente comprometidas. As três pousadas de turismo rural foram atingidas ficando danificadas.

## 5. Causas e efeitos do desastre

FIDELÂNDIA/UF foi assolada por fortes chuvas na primeira semana de abril de 2016, do dia 1º a 6, sendo que as precipitações pluviométricas já acumularam um volume de 420mm, quando a média mensal para todo o mês de abril (30 anos de registros) é de 200mm. No dia 04/04, com uma vazão muito maior que a esperada, os dois rios transbordaram, registrando enxurrada (COBRADE 12200), quando o Rio Jordão elevou o nível em 10 (DEZ) metros, aproximadamente, quando sua cota normal é de 1 metro, ocasionando transbordo do rio e dos córregos, causando alagamentos (COBRADE 12300) em diversos pontos da cidade, em vários bairros. O primeiro pedido de socorro aconteceu às 19:00h. O atendimento continuou nos dias seguintes, quando se registraram deslizamentos (COBRADE 11321) em diversos pontos da cidade (dias 4, 5 e 6/04).

Na madrugada do dia 06/04, os transtornos culminaram com a morte de cinco pessoas da mesma família numa casa atingida por soterramento às 5:30h, no Bairro Alvorada. O fato provocou grande comoção na população. Outras casas vizinhas foram desocupadas e duas pessoas com ferimentos graves e três feridas levemente foram atendidas no Hospital Municipal. As equipes de bombeiros civis e voluntários continuaram trabalhando na busca para localizar dez pessoas desaparecidas de duas famílias (duas casas soterradas). De madrugada, foi instalado o Posto de Comando do SCO – Sistema de Comando em Operações, na Praça da Matriz.

Na Vila Planaltina, a localidade mais afetada da área urbana, 260 pessoas tiveram que sair de suas casas danificadas(65), dentre essas, 200 necessitam de abrigo público e 60 acolhidos por familiares, apenas 20 precisam de assistência de alimentação e vestimentas, mas até o momento não receberam ajuda. Outros afetados: 150 famílias (912 pessoas) isoladas do Distrito de Cruzeiro pela queda da ponte que liga à Sede municipal. Além de 30 pacientes renais de todo o município e Distrito de Cruzeiro que faziam hemodiálise diariamente ou a cada dois dias no Centro de Saúde Municipal (Bairro Alvorada), que foi destruído por deslizamento. A única alternativa de tratamento disponível fica no município vizinho de Patópolis/UF a 150 km, e o município só dispõe de uma van para 12 pessoas.

## 6.Danos humanos, materiais ou ambientais

6.1 Danos humanos	Discriminação		Quantidade
Informar a quantidade de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outras pessoas que foram diretamente afetadas pelo desastre, desde que necessitem de auxílio do poder público ou cujos bens materiais tenham sido danificados / destruídos.	Mortos	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	5
	Feridos	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	5
	Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre	0
	Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.	240
	Desalojados	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	80
	Desaparecidos	Pessoas que necessitam ser encontradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/perigosos.	10
	Outros afetados	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima): 30 renais+912 isolados+2500 s/ aula=3.442	3.442
	TOTAL DE AFETADOS		

3. Aspectos administrativos e Gestão de Recursos Federais destinados à Resposta

---

<b>6.Danos humanos, materiais ou ambientais</b>			
<b>6.1 Danos humanos</b>	<b>Discriminação</b>		<b>Quantidade</b>
Informar a quantidade de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outras pessoas que foram diretamente afetadas pelo desastre, desde que necessitem de auxílio do poder público ou cujos bens materiais tenham sido danificados /destruídos.	Mortos	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	5
	Feridos	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	5
	Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre	0
	Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.	240
	Desalojados	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	80
	Desaparecidos	Pessoas que necessitam ser encontradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/ perigosos.	10
	Outros afetados	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima): 30 renais+912 isolados+2500 s/ aula=3.442	3.442
	<b>TOTAL DE AFETADOS</b>		

6.1.1 Descrição

<b>6.2 Danos materiais</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Quantidades Danificadas</b>	<b>Quantidades Destruídas</b>	<b>Valor (r\$)</b>
Informar a quantidade de instalações de ensino, saúde, uso comercial ou comunitário, unidades habitacionais ou de obras de infraestrutura danificadas ou destruídas pelo desastre.	Unidades habitacionais (3 sot + 65 Vila Planaltina+ 5 Distrito)	65	8	
	Instalações públicas de saúde (2 Centros danificados e 1 destruído hemodiálise)	2	1	
	Instalações públicas de ensino (9 escolas)	9	0	
	Instalações públicas prestadoras de outros serv. (ETA- estação de tratamento de água)	1	0	
	Instalações públicas de uso comunitário	2	0	
	Obras de infraestrutura pública (2 pontes e 1 estrada)	1	2	

#### 6.2.1 Descrição

Todos os danos registrados guardam relação direta com os processos de enxurrada, deslizamentos e alagamentos. Os bombeiros ainda prosseguem nas ações de busca das vítimas desaparecidas. Os dados de pessoas desabrigadas e desalojadas também são preliminares, e ainda estão sendo contabilizados.

Os danos materiais foram registrados na Sede municipal, distrito de Cruzeiro e área rural. Em decorrência dos desastres parte da população tiveram suas casas destruídas ou danificadas. No Bairro Alvorada as causas dos danos foram os deslizamentos de encostas, provocando as 5 mortes, além das 2 famílias desaparecidas. Na Vila Planaltina, a localidade mais afetada da área urbana, 260 pessoas tiveram que sair de suas casas danificadas (65). As escolas e instalações de saúde foram atingidas trazendo grandes transtornos à população.

A destruição total das 2 pontes do município, a obstrução de estrada vicinal deixou ilhada a população do Distrito de Cruzeiro, onde foram registradas 5 casas destruídas.

Devido aos danos nos prédios comerciais, toda a população do município ficou sem acesso a insumos (alimentos, roupas, remédios, bancos, dentre outros).

<b>6.3 Danos ambientais</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>População do município atingida</b>
Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Poluição ou contaminação da água	X		+ de 20%
	Poluição ou contaminação do ar			
	Poluição ou contaminação do solo			
	Incêndios em parques, APA's ou APP's			

#### 6.3.1 Descrição

Com a ETA danificada, mais de 20% da população ficou prejudicada pela contaminação da água com esgoto, devido ao grande volume de lixo sem recolhimento.

### 3. Aspectos administrativos e Gestão de Recursos Federais destinados à Resposta

<b>7. Prejuízos econômicos públicos e privados</b>	
<b>7.1 Prejuízos econômicos públicos</b>	<b>Valor total do prejuízo econômico (setor público)</b>
<b>Informar o valor estimado de prejuízos econômicos públicos relacionados com os serviços essenciais prejudicados. Valor total do prejuízo econômico (setor público)</b>	<b>R\$ 8.798.200,00</b>
<b>Serviços essenciais prejudicados</b>	<b>Valor para restabelecimento (R\$)</b>
Assistência Médica, Saúde Pública e Atendimento de Emergências Médicas	1.250.000,00
Abastecimento de Água Potável	1.834.000,00
Esgoto de Águas Pluviais e Sistema de Esgotos Sanitários	1.085.000,00
Sistema de Limpeza Urbana e de Recolhimento e Destinação do Lixo	1.278.000,00
Sistema de Desinfestação/Desinfecção do Habitat/Controle de Pragas e Vetores	300.000,00
Geração e Distribuição de Energia Elétrica	55.000,00
Telecomunicações	0
Transportes Locais, Regionais e de Longo Curso	1.820.000,00
Distribuição de Combustíveis, especialmente os de Uso Doméstico	94.200,00
Segurança Pública	0
Ensino	1.082.000,00
<b>Valor Total dos Prejuízos Públicos</b>	<b>8.798.200,00</b>

**Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos:**

A infraestrutura municipal foi bastante prejudicada com a enxurrada, deslizamentos e alagamentos. Sendo as instalações de abastecimento de água a mais atingida. Praticamente todos os setores de serviços públicos foram atingidos.

<b>7.2 Prejuízos econômicos privados</b>	<b>Valor total do prejuízo econômico (setor privado)</b>
Valor das perdas nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços ocorridos em decorrência direta dos efeitos do desastre.	R\$ 2.500.000,00
<b>Setores da Economia</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Agricultura	800.000,00
Pecuária	300.000,00
Indústria	700.000,00
Comércio	80.000,00
Serviços	620.000,00
<b>Valor Total dos Prejuízos Privados</b>	<b>2.500.000,00</b>

**Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:**

Os setores econômicos do município foram muito prejudicados. No Centro da cidade, 15 lojas, 1 Supermercado Central e as 2 agências bancárias (Banco do Brasil e da Caixa) foram alagadas. Os produtos foram danificados.

Além disso, o laticínio Milk (única indústria do município) está deixando de processar 50 mil litros/dia, desde o dia 03/04/2016.

#### 8. Instituição Informante

Nome da Instituição: COMPDEC Endereço: Praça da Matriz CEP: 000.000.000-111 E-mail: compdec.desastrelandia@gmail.com	Nome do Responsável: FRANCISCO BELDADES JUNIOR
Cargo: Coordenador	Assinatura e Carimbo

Cargo:	Assinatura e Carimbo	Telefones:	Dia	Mês	Ano
		(01) 1234.5678 (01) 98765.4321	06	04	2016

#### 9. Instituições Informadas

Órgão Estadual de Proteção e Defesa Civil	SIM	NÃO
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec	X	

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar, CEP: 70.067-901 - Brasília/DF, Telefone Plantão: 0800 644 0199

---

### Exercício 9

Caro Participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

*Analise de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade publica (ECP)*

A Declaração Municipal de Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP) é baseada nos critérios previstos na estabelecidos pela IN/MI nº 02, de 2016.

### Orientações ao instrutor

Tempo total sugerido: 1h

Os mesmos 04 grupos que se organizaram para preencher o FIDE agora devem analisar os dados e concluir se os índices ensejam em SE ou ECP.

2. Dê tempo de 30 minutos para análise.

3. Peça para cada grupo apresentar seus resultados (05 minutos para cada).

4. Faça seus comentários: confirmando ou corrigindo as informações apresentadas. (10 min)

Apostila do Aluno: Página 47

Outro documento importante é a DMATE, pois por meio dela a COMPDEC declara suas iniciativas para atender aos afetados.

FIDE		Situação de Emergência	Estado de calamidade Pública
Danos Humanos	População afetada	1 a 9 mortos e/ou até 99 pessoas afetadas	10 ou + mortos e/ ou 100 ou + pessoas afetadas
5	mortos		X
3.722	pessoas afetadas		
Danos Materiais	Instalações afetadas	De 1 a 9 instalações afetadas	10 ou mais instalações afetadas
12	Inst. Púb.de saúde, de ensino/instalações de outros serv. danificadas ou destruídas		
68	unidades habitacionais danificadas ou destruídas		
3	obras de infraestrutura danificadas ou destruídas		
2	instalações públicas de uso comunitário danificadas ou destruídas		

FIDE		Situação de Emergência		Estado de calamidade Pública	
Danos Ambientais	População afetada				
+ 20%	poluição ou contaminação, recuperável em curto prazo, do ar, da água ou do solo, prejudicando a saúde e o abastecimento da população.	Municípios até 10.000 hab.	10 a 20%	+20%	X
		Municípios + de 10.000 hab.	05 a 10%	+10%	
X	e/ou diminuição ou exaurimento sazonal e temporário da água, prejudicando o abastecimento da população	Municípios até 10.000 hab.	10 a 20%	+20%	
		Municípios + de 10.000 hab.	05 a 10%	+10%	
X	e/ou destruição de Parques, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente Nacionais, Estaduais ou Municipais.		Até 40%	SD	+ 40% SD
TOTAL DE DANOS				03	
Prejuízos econômicos	Municípios/UF: FIDELÂNDIA/UF		RCL = R\$ 6.469.693,57		
	públicos:	Valor comprovado: R\$ 8.798.200,00	11,50 % da RCL em serv. essenciais	2,77% da RCL em serv. essenciais	8,33 % da RCL em serv. essenciais X
	privados:	Valor comprovado: R\$ 2.500.000,00	3,27 % da RCL	8,33% da RCL	24,93 % da RCL
TOTAL DE PREJUÍZOS				01	
RESULTADO (SE ou ECP: 2 danos e 01 prejuízo)				03 danos ECP e 01 prejuízo – ECP: ECP	

### Exercício 10

Caro Cursista,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

#### Preenchimento do DMATE

A DMATE é um dos documentos obrigatórios para o reconhecimento federal de SE ou ECP.

A DMATE é a oportunidade de a COMPDEC registrar as ações já implementadas e também as dificuldades enfrentadas e as necessidades para atenção aos afetados pelo desastre. Essa informação possibilita ter uma ideia geral da gestão do desastre - mobilização e emprego de equipes e recursos pelo nível local.

Em grupos com igual número de Agentes (máximo 5), leia atentamente a situação hipotética, analisando as informações do desastre, consulte o Livro-Base quando necessário, e preencha a DMATE.

#### Orientações ao instrutor

Tempo total sugerido: 1h

1. Com os mesmos 04 grupos, peça que analisem as informações do desastre, consultando o Livro-Base quando necessário, e preencha o DMATE.
2. Dê tempo de 30 minutos para o preenchimento.
3. Peça a cada grupo para apresentar um ou mais campos (05 minutos).
4. Faça seus comentários: confirmando ou corrigindo as informações apresentadas. (10 min)

Apostila do Aluno: Página 49



#### Sistema nacional de proteção e defesa civil – SINPDEC

##### Declaração municipal de atuação emergencial - DMATE

Município: Fidelândia

UF: UF

1. Caracterização de Situação de Emergência ou Calamidade Pública:	Sim	Não
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público municipal	X	
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal ficou e está comprometida?	X	
Os prejuízos econômicos públicos foram causados por esse desastre	X	
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados	X	

Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:

Os danos e prejuízos registrados tiveram causa direta com os eventos, causando grandes transtornos à população de Fidelândia/UF, mas ainda são dados estimados e preliminares. As chuvas continuam e os acessos às áreas mais atingidas estão obstruídos pelo material carreado pelas chuvas intensas, desde o dia 1º de abril de 2016.

##### 2. Informações Relevantes sobre o desastre

Histórico de desastre	Sim	NÃO
Este tipo de evento já ocorreu anteriormente	X	
Este tipo de evento ocorre anual e repetidamente		X

Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas e explique porque ainda exige ação emergencial:

Historicamente, há muitos registros de enxurradas e alagamentos, mas não são registrados todos os anos. Desta vez os deslizamentos foram os maiores problemas nas áreas de encostas.



### Sistema nacional de proteção e defesa civil – SINPDEC

Declaração municipal de atuação emergencial - DMATE

#### 3. Informações sobre capacidade gerencial do Município

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL	Sim	Não
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município		X
O município possui COMDEC ou órgão correspondente	X	
Existe Plano de Contingência para o tipo de desastre ocorrido		X
Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município		X
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual		X
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA		X
Órgãos e Instituições Estaduais apoiam a Defesa Civil Municipal	X	

Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre

Falta de pessoal e material para ações operacionais.

#### 4. Medidas e Ações em curso: Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado

4.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais

Indicar o emprego com: "S" para SIM, "N" para NÃO. Marcar "NA" com um "X" caso necessite apoio

PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS	S/N	NA	QUANT.
Apoio a Saúde e Saúde Pública	S		
Avaliação de Danos	S		
Reabilitação de Cenários (obras públicas e serviços gerais)			4
Assistência médica		X	
Busca, resgate e salvamento		X	
Segurança pública		X	
Ajuda humanitária	S		
Promoção, assistência e comunicação social	S		
Outros		X	

Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.

Nosso município já empregou todos os meios e recursos para enfrentar as necessidades da população:

O Prefeito junto com a decretação de SE está apoiando a COMPDEC e a administração municipal está contando com 140 voluntários treinados e servidores de outras secretarias para trabalharem sob a coordenação da COMPDEC (4 Agentes).

4.2 Mobilização e emprego de recursos materiais:

Indicar o emprego com: "S" para SIM, "N" para NÃO. Marcar "NA" com um "X" caso necessite apoio.

MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO	S/N	NA	QUANT.
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte	N		
Equipamentos e Máquinas	S		20

### 3. Aspectos administrativos e Gestão de Recursos Federais destinados à Resposta



#### Sistema nacional de proteção e defesa civil – SINPDEC

##### Declaração municipal de atuação emergencial - DMATE

Água Potável/ Alimentos/Medicamentos	S		
Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)	N		
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores	N		
Outros	S		

Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.

A cargo do município foram providenciados:

a) Aluguel mensal de 2 vans para fazer o transporte dos pacientes de hemodiálise para Patópolis e, ainda, aluguel social p/14 famílias c/60 pessoas. De 240 desabrigadas -180 abrigadas/3 escolas).

b) distribuição de 15.000 m<sup>2</sup> de lona plásticas (estoque da COMPDEC) para a proteção das encostas;

c) emprego das 20 máquinas/tratores da Prefeitura para desobstruir vias e logradouros;

d) distribuição de 160 cestas de alimentos estocadas para desalojados e famílias acolhedoras.

Da Defesa Civil Estadual recebemos 150 colchonetes, 150 cobertores e 50 kits de limpeza. Houve doações da população em geral, mas não estão contabilizadas.

Há falta de pessoal e materiais para ações operacionais.

Ainda há muitas famílias sem atendimento, por falta do necessário. Pelos dados atualizados em 06/04, precisaria de, alugar casas para 40 famílias (200 pessoas) que estão abrigadas temporariamente em 3 escolas e pelo menos, mais 1.500 colchonetes e cobertores e 500 kits de limpeza, além de 2.000 cestas básicas e 1.000 engradados de água mineral

#### 4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS

Indicar o emprego com: "S" para SIM, "N" para NÃO. Marcar "NA" com um "X" caso necessite apoio.

VALOR FINANCIERO EMPREGADO	S/N	NA	VALOR (R\$)
Oriundos de Fonte Orçamentária Municipal	N		
Oriundos de Fonte Extra orçamentária Municipal	N		
Oriundos de Doações: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, ONG	N		
Oriundos de Outras fontes	N		

Descrever e/ou detalhar

Nós não conseguimos recursos financeiros para auxiliar na recuperação, nossa necessidade é quase 100% dos prejuízos informados.

#### 5. Informações para contato

Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil: COMPDEC

Telefone: (01) 1234.5678

Celular: (01) 98765.4321

Fax: (01) 1134.5678

E-mail: fidelandia.protecaoedefesacivil@gmail.com

Local e Data: Fidelândia/UF, 06 de abril de 2016

## Exercício 11

Caro Cursista,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

*Relatório fotográfico*

O Relatório fotográfico é peça exigida e importante para fundamentar a caracterização da SE ou ECP.

Faça a descrição das fotos a seguir.

### Orientações ao instrutor

Tempo total sugerido: 50 min

1. Com os mesmos 04 grupos, peça que cada grupo complete a legenda de 01 grupo de fotos abaixo, analisando as informações do desastre e consultando o Livro-Base quando necessário.
2. Dê tempo de 20 minutos para completarem a legenda.
3. Peça a um dos grupos para apresentar sua legenda e os demais para comentarem (05 minutos por grupo).
4. Abra para debate (10 min)

Faça seus comentários: Relatório fotográfico (fotografias nítidas com legenda, tirada de vários ângulos e maior número de fotos possíveis. Recomenda-se que a localização seja registrada, quando possível, com coordenadas geográficas. Deve-se evidenciar os danos relatados no Campo 6.2 – Danos Materiais do FIDE. Exemplo: se a ponte foi destruída, recomenda-se juntar a foto do local com imagens do Google ou foto anterior do desastre, evidenciando que a ponte foi destruída pelo desastre.

Apostila do Aluno: Página 52

### RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

DATA DO DESASTRE: \_\_\_\_\_

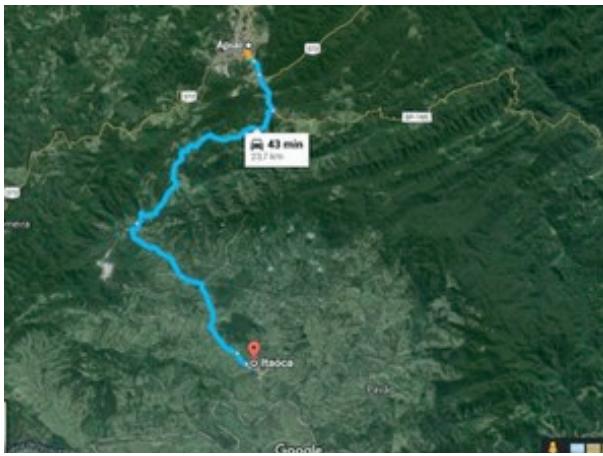
DESASTRE: (Conforme Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE) \_\_\_\_\_



1. MUNICÍPIO DE FIDELÂNDIA. Pontes destruídas. À esquerda: Em 06/04/2016. Ponte destruída sobre o Rio Jordão, provocada pela enxurrada pelas fortes chuvas. Longitude: -48.83852005004883 Latitude: -24.64541792658185. À direita: Ponte destruída, na estrada vicinal que liga a comunidade que ficou muito danificada residente no Distrito de Cruzeiro que ficou isolada

### 3. Aspectos administrativos e Gestão de Recursos Federais destinados à Resposta

---



2. MUNICÍPIO DE FIDELÂNDIA. À esquerda: Visão geral da estrada vicinal que tem cerca de 24 km, que liga o Distrito de Cruzeiro à Sede de Fidelândia/UF, ficou intransitável pelos pontos de erosão. À direita: Vistas de áreas rurais devastadas pela enxurrada causadas pelas fortes chuvas (antes e depois). Longitude: -48.84641647338867 Latitude: -24.603167279250794



3. MUNICÍPIO DE FIDELÂNDIA. Em 06/04/2016. Vistas da área urbana. Vias intransitáveis alagada.  
À direita: População limpando ruas em áreas que foram alagadas.



4. MUNICÍPIO DE FIDELÂNDIA À direita: Em 04/04/2016.  
Centro de saúde inundado pelas fortes chuvas.  
Longitude: -48.84641647338867 Latitude: -24.603167279250794

### 3.2. Apoio do governo federal para resposta a desastres

Com o reconhecimento federal de SE ou ECP, são várias as possibilidades de apoio federal complementar ao ente federado afetado pelo desastre, destinado à resposta a desastres.

A solicitação de apoio ao governo federal para quaisquer ações de resposta a desastres - ações de socorro, assistência aos afetados e restabelecimento dos serviços essenciais, financeiro ou outros, deve ser acompanhada do Plano Detalhado de Resposta – PDR. O governo federal atua basicamente por meio de três formas distintas na resposta a desastres, cabendo à SEDEC/MI o encaminhamento aos órgãos federais

Com o reconhecimento federal de SE ou ECP, várias são as possibilidades de apoio federal para a resposta a desastres:

Dentre as ações apoiadas pelo governo federal, destacam-se as promovidas pelos seguintes órgãos:

**a) SEDEC/MI**, no encaminhamento do O apoio do governo federal pode ser:

- Financeiro: via Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC.
- Material: via Ata de Registro de Preços - ARP .
- Logístico: via Protocolo com Ministério da Defesa - MD e/ou Ministério da Saúde-MS.

**b) MINISTÉRIO DA SAÚDE(MS)**

- Protocolo MI/MS: por esse instrumento, as solicitações do ente federado serão repassadas ao MS pela SEDEC/MI.
- Também é possível solicitar apoio ao Ministério da Saúde para fornecer o Kit de saúde para a comunidade atingida (pelas Secretarias Municipal e Estadual de Saúde).

**c) MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)**

- Desde que o ente federado afetado por desastre solicite o apoio à SEDEC/MI. Pelo Protocolo MI/MD, caberá à SEDEC a autorização/intermediação prévia, arcando com os custos da operação, caso necessário.
- Nas solicitações de apoio do MD ou MS (protocolo MI/MD/MS) basta que o ente federado envie um ofício contendo as informações constantes do Livro-Base – Resposta.

**Atenção:** O ente federado poderá acionar diretamente as unidades do MD do seu município ou região; neste caso, o ente federado arcará com to-

do o custo da operação. É importante ressaltar que o acionamento deve ocorrer quando todas as alternativas forem esgotadas!

Todas as solicitações de resposta devem ser enviadas por correio e direcionadas ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil. De forma a dar celeridade ao processo, pode-se enviar cópia assinada e digitalizada da solicitação enviada, para o e-mail [cenad@integracao.gov.br](mailto:cenad@integracao.gov.br) (CENAD) onde será prontamente analisada:

- O ente requerente deverá especificar os recursos materiais e/ou humanos necessários, por meio do Plano Detalhado de Resposta (PDR), descrito no item 3.2.4 deste livro e a SEDEC/MI consultará a possibilidade de atendimento;
- O ente requerente poderá indicar o meio preferencial de atendimento, com justificativas.

#### Exercício 12

Caro Participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

*Preenchimento do PDR*

O PLANO DETALHADO DE RESPOSTA (PDR) é o documento exigido para solicitar apoio complementar ao governo federal para ações de resposta a desastre, quando for reconhecida a SE ou ECP.

Lembre-se de que este material será útil para suas atividades, na ocorrência de desastre no seu município

#### Orientações ao instrutor

Tempo total sugerido: 1h

1. Com os mesmos 04 grupos, peça que cada grupo analise a situação hipotética, as informações do desastre (FIDE), do DMATE e a capacidade de resposta local, consultando o Livro-Base quando necessário, e preencha o PDR.
2. Dê tempo de 30 minutos para o preenchimento.
3. Peça que cada grupo apresente para a turma um ou mais campos do formulário, de acordo com o número de grupos montados (05 minutos cada).
4. Faça os comentários após cada campo, corrigindo ou confirmando. (10 min)

Apostila do Aluno: Página 54

### 3. Aspectos administrativos e Gestão de Recursos Federais destinados à Resposta

---

#### **Plano detalhado de resposta - PDR**

---

##### Instruções iniciais

Este documento destina-se ao registro e formalização das demandas necessárias à complementação das ações de resposta a desastres (Socorro e Assistência às vítimas e Restabelecimento de Serviços Essenciais) dos entes municipal e estadual. Aqui, devem ser descritas as ações (metas) que o ente proponente pretende executar com os recursos financeiros federais do Ministério da Integração Nacional. Justifique cada ação/meta especificando os recursos necessários, suas etapas, quantidades, prazos para execução e valores.

Este Plano deve ser enviado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 7º andar, Sala 704 – Brasília/DF - CEP 70.067-901

---

#### **1. Dados cadastrais**

##### **1.1. Proponente:**

Órgão/Entidade Prefeitura Municipal de Fidelândia/UF	CNPJ 00000000000/0000-00		
Endereço Praça da Matriz			
Cidade Fidelândia	U.F. UF	C.E.P. 10.000-000	DDD/Telefone 00021345667
E-mail do órgão: fidelandia.protectaoedefesacivil@gmail.com			

---

##### **1.2. Coordenador de defesa civil:**

Nome		E-mail
C.I./Órgão Expedidor	CPF	Cargo
Endereço		

---

##### **1.3. Responsável pelos recursos financeiros**

Trata-se do responsável pelo envio de documentação necessária à prestação de contas dos recursos financeiros disponibilizados pela SEDEC/MI.

---

Nome		
C.I./Órgão Expedidor	CPF	Cargo
Endereço		
E-mail do responsável	DDD/Telefone	

---

##### **1.4 Dados bancários do cartão de pagamento de defesa civil (CPDC):**

Conta Corrente do CPDC	Banco	Agência	Centro de Custo (nº de 7 dígitos)	CNPJ (utilizado para a abertura da conta)
------------------------	-------	---------	--------------------------------------	--

## 2. Informações do desastre

Tipo de desastre:		COBRADE:
Danos Humanos (nº de pessoas afetadas diretamente pelo desastre)		
Mortos	Pessoas que perderam suas vidas.	5
Feridos	Pessoas que sofreram lesões e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	5
Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos.	0
Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público.	240
Desalojados	Pessoas que deixaram seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	80
Desaparecidos	Pessoas que não foram localizadas	10
Outros afetados*	Pessoas que necessitam de auxílio do poder público (excetuando os já informados acima).	3.442
Total		3.722

\* Em "Descrição da Situação" detalhe a condição desses afetados e justifique a necessidade de auxílio do poder público. Os danos humanos devem ser informados por município, caso este Plano seja preenchido pelo Estado.

### Descrição da Situação:

#### Descrição sucinta da situação que motiva a solicitação dos recursos.

A situação é muito preocupante, pois o acesso ao Município está muito difícil pelas péssimas condições das estradas. A população da área rural e do distrito está praticamente isolada, com a estrada vicinal em péssimas condições e a ponte destruída.

A alternativa desse pessoal é por estrada do município vizinho de Patópolis/UF aumentando o tempo de viagem em mais de 3 horas. A atenção à saúde praticamente não existe pelas condições do Hospital superlotado e os centros de saúde alagados e um destruído.

#### Ações já empregadas no âmbito local:

Pelo ente Municipal: Descrição dos recursos já empregados pelo município (ações de socorro e assistência às vítimas, incluindo os materiais de assistência humanitária distribuídos e o restabelecimento de serviços essenciais).

- a) Com auxílio dos Agentes estaduais, foi instalado o SCO para gerenciar os desastres;
- b) As buscas aos desaparecidos continuam na área do deslizamento.
- c) 140 voluntários treinados e servidores de outras secretarias para trabalharem sob a coordenação da COMPDEC (4 Agentes) e determinou ainda:
- d) Aluguel mensal de 2 vans para fazer o transporte dos pacientes de hemodiálise para Patópolis.
- e) Abrigamento provisória de 40 famílias em escolas municipais, necessitando de aluguel social..
- f) Distribuição de 15.000 m<sup>2</sup> de lona plástica (estoque da COMPDEC) para a proteção das encostas;
- g) Emprego das 20 máquinas/tratores da Prefeitura para desobstruir vias e logradouros;
- h) Distribuição de 160 cestas de alimentos estocadas para desalojados e famílias acolhedoras.

Pelo ente Estadual/DF: Descrição dos recursos já empregados pelo estado/DF (ações de socorro e assistência às vítimas, incluindo os materiais de assistência humanitária distribuídos e o restabelecimento de serviços essenciais).

A CEPDEC/UF está apoiando o município com 3 Agentes para o gerenciamento da situação de desastre.

Da Defesa Civil Estadual recebemos 150 colchonetes, 150 cobertores e 50 kits de limpeza. Houve doações da população em geral, mas não estão contabilizadas.

### 3. Aspectos administrativos e Gestão de Recursos Federais destinados à Resposta

#### 3. Solicitação de recursos financeiros

Se o proponente for o ente estadual, deve-se usar o quadro abaixo para cada município afetado (com o reconhecimento federal da situação de anormalidade decretada).

##### 3.1. Ações para socorro e assistência às vítimas:

(Art. 2º, incisos V e VI do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Descreva apenas as metas e itens referentes aos recursos financeiros solicitados).

MUNICÍPIO: Fidelândia

Metas	Itens	Especificação	Qtde.	Unidade de Medida	Período de execução (em dias)	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)	Justificativa*
1		Aquisição de cestas básicas para atender cerca de 300 famílias desalojadas e desabrigadas durante 4 meses (300 x 2cestas/mês) até o retorno das famílias às casas temporariamente inundadas.	2.400	cesta	120	50,00	120.000,00	Há expectativa de que somente depois de 3 meses é que as águas baixem, devido a estação de chuvas intensas na região e a cidade estar muito próxima do leito do rio.
2		Aquisição de água para fornecimento às famílias, devido à contaminação da água do sistema público, durante 30 dias, até a normalização na ETA.	200 mil	litro	30	1,00	200.000,00	O sistema municipal de abastecimento de água está danificado. A água está contaminada com esgoto.
3	3.1	Aquisição de colchonetes para distribuição às famílias desalojadas e desabrigadas.	1.500	colchonete	30	40,00	60.000,00	As famílias perderam móveis e bens e não há no comércio local quantidade de itens para atender a demanda atual.
	3.2	Aquisição de cobertores para distribuição às famílias desalojadas e desabrigadas.	1.500	cobertor	30	30,00	45.000,00	As famílias perderam móveis e bens e não há no comércio local quantidade de itens para atender a demanda atual.
	3.3	Aquisição de Kits de limpeza para as famílias que retornarem às casas após a inundação.	500	kit	30	30,00	15.000,00	Material para limpeza das casas atingidas pela inundação.
4		Custeio de aluguel social para as 40 famílias que se enquadram nos critérios deste benefício.	40	aluguel social	180	300,00	72.000,00	As famílias abrigadas em escolas devem sair para não prejudicar o retorno das aulas. As outras famílias desabrigadas necessitam de acolhimento até a entrega de casas do Programa (MCMV), em construção.
<b>Valor total:</b>								
512.000,00								

\*Apresentar, sucintamente, a justificativa da locação/serviço/material a ser usado, \memória de cálculo e demais informações necessárias à análise técnica de cada meta.

**Ações para restabelecimento de serviços essenciais:**

(Art. 2º, inciso VII do Decreto nº 7257, de 4 de agosto de 2010.

Descreva apenas metas e itens referentes aos recursos financeiros solicitados).

Obs: Para a análise das ações de Restabelecimento é necessário o Reconhecimento Federal da situação de anormalidade.

MUNICÍPIO

Metas	Itens	Especificação	Qtde.	Unidade de Medida	Período de execução (em dias)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Justificativa*
1		Óleo combustível para ônibus (locomoção de pessoas) e para o maquinário (20 máquinas x 100 l/dia) da Prefeitura desobstruir acessos e no serviço de retirada de entulho e lixo que obstruem as ruas, avenidas na área urbana.	180 mil	litro	90	3,20	576.000,00	A Prefeitura não tem recursos para abastecimento das máquinas e ônibus para locomoção das pessoas em áreas afetadas.
2		restabelecimento da estrada vicinal que liga o Distrito Cruzeiro à Sede municipal (25 km), com intervenções pontuais de patrolamento, cascalhamento e implantação de bueiros provisórios, mais assoalho de madeira para reparo da ponte, até a reconstrução.	25	km	180	9.000,00	275.000,00	A Prefeitura não tem recursos para a obra definitiva e a estrada é fundamental para o transporte de pessoas e escolares e ainda, para escoar a produção agrícola e o leite.
<b>Valor total:</b>								<b>851.000,00</b>

\*Apresentar, sucintamente, a justificativa da locação/serviço/material a ser usado, memória de cálculo e demais informações necessárias à análise técnica deste Plano.

**3.2. Quadro-resumo dos recursos financeiros solicitados:**

Recursos financeiros	Valor solicitado (R\$)
Para ações de socorro e assistência	512.000,00
Para ações de restabelecimento	851.000,00
<b>Valor total geral</b>	<b>1.363.000,00</b>

#### 4. Termo de compromisso

Declaro que as informações apresentadas neste Plano expressam a verdade e assumo o compromisso de aplicar os recursos repassados/disponibilizados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Ministério da Integração Nacional (SEDEC/MI) em ações destinadas ao socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, em cenário de desastre, exclusivamente nas metas apresentadas neste Plano e aprovadas pela SEDEC/MI, de acordo com a Lei nº 12.340/2010 (e suas alterações posteriores), Lei nº 12.608/2012, os Decretos nº 7.505/2011, 7.257/2010, Instrução Normativa do MI nº 01, de 24/08/2012 e a Portaria nº 607/2011, a Lei nº 8.666/1993 e outras relacionadas à contratação, bem como demais orientações publicadas pela SEDEC/MI.

Da mesma forma, declaro estar ciente da obrigação de comprovar a regular utilização dos recursos repassados/disponibilizados através de documentos específicos solicitados pela SEDEC, tais como: "Relatório de Execução Parcial – Resposta" para prestação de contas parcial de recursos financeiros (de frequência trimestral, durante o prazo de vigência do instrumento). Devendo o primeiro ser enviado 90 (noventa) dias após a liberação dos recursos federais e documentação necessária à prestação de contas final (em até 30 dias a contar do término da execução das ações/metas).

É o que informamos,

Fidelândia/UF, 06/04/2016

Local e Data

Prefeito de Fidelândia

Proponente

Coordenador COMPDEC de Fidelândia

Coordenador de Proteção e Defesa Civil



### 3.3. Cartão de pagamento de defesa civil – CPDC

O Cartão de Pagamento de Proteção e Defesa Civil - CPDC é o único meio de acessar os recursos financeiros federais destinados às ações de resposta a desastres, (socorro, assistência humanitária e restabelecimento dos serviços essenciais), e foi concebido com dois grandes objetivos:

- Acelerar o repasse de recursos a municípios e estados em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil para a execução de ações de resposta - socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais;

- Conferir transparência e controle social na utilização desses recursos.

A expectativa de agilidade desse apoio federal só será realidade se a Prefeitura Municipal, Governos do DF ou Estadual providenciar o Cartão CPDC, com antecedência.

#### 3.3.1. Sobre os fornecedores

A situação ideal é que o órgão de proteção e defesa civil oriente, com antecedência, os fornecedores locais sobre os procedimentos do Cartão CPDC. Os fornecedores deverão ser informados sobre a proposta de preço. O órgão de proteção e defesa civil deverá obter três propostas de preços e guardá-las por até 5 anos depois da aprovação da prestação de contas.

**IMPORTANTE: Os Agentes de Proteção e Defesa Civil deverão se informar sobre: compras, orçamento e retenção e recolhimentos de tributos!**

Pagamentos à Pessoa Jurídica	Pagamentos à Pessoa Física *
Retenção para a Previdência INSS	Retenção para a Previdência INSS + Encargo Patronal INSS
Não há retenção para SRF (IRPJ, PIS-Pasep, Cofins e CSLL)	Retenção IRPF
Retenção ISS (depende da legislação municipal)	Retenção ISS (depende da legislação municipal)

\* Casos diferenciados: Pipeiros e Barqueiros: A SEDEC/MI não autoriza esse procedimento para outros serviços.

Serão pagos por Cartão de Pagamento de Benefício (CPB).

1. O Responsável pela conta CPDC procura o BB para firmar convênio/contrato para pagamento pelo CPB, com recursos do CPDC, informando a finalidade (pagamento de pipeiro, pagamento de barqueiro), com os dados de cada beneficiário: Nome completo, RG, CPF, e valor.
2. Consulte o Manual de orientações com o passo a passo para adesão ao CPDC e sua utilização em caso de desastre. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=47e2d040-4de3-4be2-a674-422363107627&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=47e2d040-4de3-4be2-a674-422363107627&groupId=10157)

**1. Para cada desastre, abre-se uma conta corrente específica, um cartão cpdc**

2. O cartão funciona apenas na função DÉBITO. Não há saque em espécie, assim não há talão de cheque e nem transferência entre contas.
3. Centro de custo: é uma subdivisão da conta corrente somente para Estados que sub-repassar recursos a municípios. O município tem um único Centro de Custo.
4. O Responsável legal cadastrado receberá os dados da Agência, da conta e o nº do Centro de Custo para movimentar a conta.
5. Quando os recursos forem repassados pela SEDEC/MI, deve ser aberto crédito extraordinário no Orçamento Municipal, para apropriação dessa receita, via "decreto executivo". Devem ser obedecidos todos os estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.
6. Em aquisições emergenciais, nos casos de SE e ECP, o procedimento mais favorável é a **adesão a Ata de Registro de Preço**, resultante do Sistema de Registro de Preços (SRP).

6 Legislação do Cartão CPDC: Lei nº 12.340 / 2010 (apoio complementar); Decreto nº 7.257 / 2010 (pagamento com o CPDC); Portaria MI nº 607 / 2011.

**Cartão de pagamento de defesa civil – CPDC**

Apoio financeiro do governo federal para as ações de resposta a desastres

Exclusivamente pelo CPDC



O CPDC paga despesas (se comprovadas) com as ações:  
Socorro aos afetados  
Assistência aos afetados  
Restabelecimento dos serviços essenciais

O CPDC é apenas uma forma de pagamento! A criação do CPDC não alterou nenhuma lei!

Ao utilizar o CPDC, é necessário licitar? SIM: Lei nº 8.666 / 93 – Licitação e Contratos.

Para utilizar o CPDC, é necessário empenhar? SIM: Lei nº 4.320 / 64 – Direito Financeiro e Orçamento.

Ao efetuar o pagamento com o CPDC deve-se reter algum tributo? SIM: Lei nº 5.172 /1966 - Código Tributário Nacional, e legislação tributária do município

### 3.3.2. Sobre a transparência do CPDC

---

O representante legal/autorizado do ente e o portador do cartão poderão controlar as despesas por meio dos demonstrativos mensais recebidos pelo correio e online, no serviço do BB denominado: Autoatendimento do Setor Público. Além disso, TODOS os pagamentos são publicados em extratos detalhados: quem gastou, onde gastou quanto gastou.

### 3.3.3. Aquisições emergenciais

---

Em aquisições emergenciais, nos casos de SE e ECP, a iniciativa recomendável é a **Adesão à Ata de Registro de Preço**, por ser o procedimento mais ágil, resultante do Sistema de Registro de Preços (SRP). Os órgãos estadual e municipal de proteção e defesa civil devem saber que **nos casos de SE ou ECP, a licitação é ‘dispensável’** (inciso IV, Art. 24, da Lei nº 8.666/1993), **mas a regra geral é a licitação**.

### 3.3.4. Fiscalização

---

Para fiscalizar as aquisições pagas com o cartão CPDC, é importante que se tenha um agente de proteção e defesa civil atento aos seguintes aspectos:

- Fiscalização da entrega dos bens adquiridos e a execução dos contratos de prestação de serviços.
- Exigência de que a contratada arque com todas as despesas decorrentes de obrigações trabalhistas relativas a seus empregados, evitando a responsabilização subsidiária da entidade pública.
- Verificação dos documentos comprobatórios de recolhimento estabelecidos na legislação pertinente.

Ao término do prazo de execução das ações, o ente beneficiado deverá prestar contas, como apresentado a seguir.

## 3.4. Prestação de contas

---

Mesmo que os recursos federais transferidos sejam empregados com o uso do Cartão CPDC, é necessário guardar todos os comprovantes das despesas, mas não são enviados à SEDEC/MI.

### 3.4.1. Quando e como se prestam contas dos recursos federais?

---

Até 30 (trinta) dias corridos após o término da vigência, o ente beneficiado, segundo o Decreto Federal nº 7.257, de 2010, deverá apresentar:

Relatório Final de Execução das Ações de Resposta, e seus anexos:

(Modelo A, do site) - Relatório de Execução Físico-Financeira

(Modelo B, do site) - Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa

(Modelo C, do site) - Relação de Pagamentos – Transferência Obrigatória

(Modelo D, do site) - Relatório Fotográfico (Fotos legendadas e preferencialmente georreferenciadas)

Extrato da conta bancária do período, desde o recebimento dos recursos, e a conciliação bancária do Cartão CPDC.

#### Em caso de locação de meios de transporte:

(Modelo B, do site) incluir o descritivo de transporte e logística

#### Em caso de aluguel social:

(Modelo C, do site) incluir os beneficiários do aluguel social.

7. Relatório diagnóstico: laudo conclusivo de engenharia, atestando a condição de inhabilitabilidade relacionada diretamente aos danos causados pelo desastre em questão.

8. Declaração de ações e medidas estruturantes e definitivas para realocação das famílias, com previsão de conclusão.

#### Em caso de distribuição de materiais de assistência humanitária:

Se doados pela SEDEC/MI ou adquiridos por meio da Ata de Registro de Preço da SEDEC/MI, apresentar:

9. (Modelo E, do site) - Declaração de recebimento e distribuição de materiais de assistência humanitária.

#### ATENÇÃO:

NÃO SE ENVIA DOCUMENTOS, CONTRATOS E NOTAS FISCAIS, NEM CÓPIAS. Todos os documentos originais ficam guardados, por cinco anos, contado a partir da aprovação da prestação de contas.

Única exceção: Envia-se a Lista de Beneficiários do aluguel social.

### **3.4.2. Tomada de Contas Especial (TCE)**

---

Se a prestação de contas for reprovada e em novo prazo concedido não apresentar justificativa, ou não sendo esta apresentada no prazo estipulado, a CGCONV/MI providenciará:

- O registro da inadimplência no SIAFI;
- Instruirá processo sobre a irregularidade, indicação da norma infringida, quantificação do débito apurado e identificação do(s) responsável (eis), encaminhando os autos para instauração de Tomada de Contas Especial (TCE).

*le?uid=47e2d040-4de3-4be2-a-674-422363107627&groupId=10157*

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento - MTO. Edição 2016. Brasília, 2015. 189 p. Disponível em: [http://www.orcamento-federal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto\\_2016\\_1aedicao-200515.pdf](http://www.orcamento-federal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2016_1aedicao-200515.pdf)

### **3.5. Leituras complementares**

---

- BRASIL. **Lei Federal nº 12.608, de 10.04.2012**, que institui a PNPDEC e dispõe sobre o SINPDEC e o CONPDEC.
- BRASIL. **Instrução Normativa IN 02/MI, de 20.12.2016**, estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei Federal nº 12.983, de 03.06.2014**, que altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, e as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 12.409, de 25 de maio de 2011, e revoga dispositivos da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- BRASIL. Manual de orientações com o passo a passo para adesão ao CPDC e sua utilização em caso de desastre. SEDEC.MI. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file)



## 4. Avaliação

---

Caro(a) Instrutor(a) Multiplicador(a),  
Estão disponíveis na Apostila do Agentes-Cursistas de Proteção e Defesa Civil, três avaliações diferentes: auto avaliação, avaliação do Instrutor e avaliação do curso como apresentado abaixo. Recolha os formulários preenchidos pelos cursistas, faça uma sistematização dos dados e debata com seu grupo o que é possível melhorar para futuros cursos.

#### Sistematização dos dados

Auto Avaliação do Participante	Avaliação do Instrutor	Avaliação do Curso
<p><u>Nota final</u></p> <p>Some todas as notas e divida o resultado final pelo número de participantes para ter a média</p>	<p><u>Nota final</u></p> <p>Some todas as notas e divida o resultado final pelo número de participantes para ter a média</p>	<p><u>Nota final</u></p> <p>Some todas as notas e divida o resultado final pelo número de participantes para ter a média</p>
<p><u>Resultados</u></p> <p>Igual ou superior a 7: demonstra uma turma participativa e dedicada.</p> <p>Inferior a 7: procure saber com os participantes pontos a serem melhorados.</p>	<p><u>Resultados</u></p> <p>Igual ou superior a 3: demonstra um bom trabalho como Instrutor.</p> <p>Inferior a 3: reveja seu Plano de Aula e procure saber com os participantes pontos a serem melhorados.</p>	<p><u>Resultados</u></p> <p>Igual ou superior a 7: demonstra sucesso no curso.</p> <p>Inferior a 7: procure saber com os participantes pontos a serem melhorados.</p>

Formulários da apostila do aluno

**Auto avaliação (A ser preenchida pensando em seu comportamento)**

1. Pontualidade	Fui sempre pontual (1) Cheguei por vezes atrasado à aula (0,5) Cheguei frequentemente atrasado (0)	
2. Assiduidade	Nunca faltei (1) Faltei a poucas aulas (0,5) Faltei a muitas aulas (0)	
3. Comportamento	Cumpri sempre as regras de funcionamento da aula (1) Cumpri na maior parte das aulas as regras de funcionamento. (0,5) Não cumpri o proposto (0)	
4. Empenho	Fui sempre muito empenhado nas tarefas de sala ou de casa (1) Nem sempre fui empenhado nas tarefas de sala ou de casa (0,5) Não fui empenhado o suficiente (0)	
5. Solidariedade	Fui sempre solidário com os colegas (1) As vezes fui solidário vezes com os colegas (0,5) Não fui solidário o suficiente (0)	
6. Respeitar a opinião dos outros	Respeitei sempre a opinião dos outros (1) Nem sempre respeitei a opinião dos outros (0,5) Não respeitei a opinião dos outros o suficiente (0)	
7. Participação nos trabalhos de grupo	Participei ativamente nos trabalhos de grupo (1) Participei em alguns trabalhos de grupo (0,5) Não participei nos trabalhos de grupo (0)	
8. Expressão e defesa das minhas opiniões	Expressei e defendi sempre as minhas opiniões com clareza (1) Expressei e defendi sempre as minhas opiniões, mas, por vezes, com dificuldade (0,5) Não expressei e defendi as minhas opiniões com clareza (0)	
9. Superação das dificuldades	Superei sempre as minhas dificuldades (1) Nem sempre superei as minhas dificuldades (0,5) Não superei as minhas dificuldades (0)	
10. Autonomia/Pro atividade	Fui sempre autónomo nas tarefas (1) Nem sempre fui autónomo nas tarefas (0,5) Não tive autonomia para a realização das tarefas (0)	
RESULTADO	Some todos seus pontos! Se sua nota foi 7 ou mais parabéns pelo resultado, você foi um ótimo aluno.	

#### 4. Avaliação

---

**Avaliação do instrutor (a ser preenchida pensando na atuação de seu instrutor)**

	O instrutor foi sempre pontual (1)	
1. Pontualidade	O instrutor chegou por vezes atrasado à aula (0,5) O instrutor teve muitos atrasos (0)	
2. Organização	O instrutor foi bastante organizado (1) O instrutor na maior parte do tempo foi organizado (0,5) Faltou organização por parte do instrutor (0)	
3. Domínio dos Conteúdos	O instrutor domina os conteúdos abordados (1) O instrutor domina em sua maioria os conteúdos abordados (0,5) O instrutor não domina os conteúdos abordados (0)	
4. Empenho em atender as demandas do aluno	O instrutor foi sempre muito empenhado nas dúvidas e comentários dos alunos (1) O instrutor foi pouco empenhado nas dúvidas e comentários dos alunos (0,5) O instrutor não demonstrou empenho nas dúvidas e comentários dos alunos(0)	
5. Associação dos conteúdos a realidade	O instrutor fez boas associações do conteúdo com a realidade local (1) O instrutor fez poucas associações do conteúdo com a realidade local (0,5) O instrutor não foi capaz de associar o conteúdo com a realidade local (0)	
RESULTADO	Some todos seus pontos! Se o valor foi 3 ou superior, parabéns ao Instrutor	

**Avaliação do curso**

	A carga horária foi adequada ao proposto (1)	
1. Carga Horária	A carga horária foi boa, mas poderia ser adequada (0,5) A carga horária foi inapropriada (0)	
2. Organização	O curso foi bem estruturado e organizado (1) O curso poderia ser melhor estruturado e organizado (0,5) Faltou organização para o curso proposto (0)	
3. Infraestrutura do local do curso	As instalações atenderam a expectativa (1) As instalações poderiam ser melhoradas (0,5) As instalações estavam inapropriadas (0)	
4. Material disponibilizado	O Material Oferecido está muito bem estruturado (1) O Material Oferecido poderia ser melhorado (0,5) O Material Oferecido não é funcional (0)	
5. Conteúdos Abordados	Os conteúdos abordados foram adequados ao tema Proteção e Defesa Civil (1) Faltou informações para que o conteúdo fosse adequado ao tema Proteção e Defesa Civil (0,5) Os conteúdos abordados não foram adequados ao tema Proteção e Defesa Civil (0)	
6. Qualidade dos Exercícios	Os exercícios propostos ajudaram no entendimento dos conteúdos (1) Apenas parte dos exercícios propostos ajudaram no entendimento dos conteúdos (0,5) Os exercícios propostos não ajudaram no entendimento dos conteúdos (0)	
7. Linguagem utilizada	A linguagem utilizada no curso foi acessível e de fácil compreensão (1) Parte do curso teve linguagem complexa e difícil de entender (0,5) A linguagem utilizada no curso foi complexa e difícil de entender (0)	
8. Aproximação do Conteúdos com a realidade	Os conteúdos, são importantes, e atendem a realidade local do Agente de Proteção e Defesa Civil (1) Apenas parte dos conteúdos atendem a realidade local do Agente de Proteção e Defesa Civil (0,5) Os conteúdos não se relacionam com a realidade local do Agente de Proteção e Defesa Civil (0)	
9. Discussões levantadas	As discussões/debate levantado durante o curso foram proveitosa (1) As discussões/debate levantado durante o curso poderiam ser mais proveitosa (0,5) As discussões/debate levantado durante o curso não foram proveitosa (0)	
10. Metodologia	A metodologia utilizada foi adequada (1) A metodologia utilizada não atendeu a todos os participantes (0,5) A metodologia utilizada não foi funcional para aprendizagem dos Agentes de Proteção e Defesa Civil (0)	
<b>RESULTADO</b>	Some todos seus pontos!	



